

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

MIGRAÇÃO VENEZUELANA:
Desafios e Barreiras para Regularização de Crianças Refugiadas Desacompanhadas

AMANDA FRANCHINI MELANI

Rio de Janeiro

2022

AMANDA FRANCHINI MELANI

MIGRAÇÃO VENEZUELANA:

Desafios e Barreiras para Regularização de Crianças Refugiadas Desacompanhadas

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Professora Carolina Cyrillo.

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

M517m Melani, Amanda Franchini
MIGRAÇÃO VENEZUELANA: DESAFIOS E BARREIRAS PARA
REGULARIZAÇÃO DE CRIANÇAS REFUGIADAS
DESACOMPANHADAS / Amanda Franchini Melani. -- Rio
de Janeiro, 2022.
82 f.

Orientadora: Carolina Cyrillo.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2022.

1. Refúgio . 2. Crianças Desacompanhadas. 3.
Venezuela . 4. Regularização . 5. Direitos Humanos.
I. Cyrillo, Carolina , orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta monografia, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

AMANDA FRANCHINI MELANI

**MIGRAÇÃO VENEZUELANA:
Desafios e Barreiras para Regularização de Crianças Refugiadas Desacompanhadas**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Direito.

Orientadora: Professora Carolina Cyrillo

Data da Aprovação: 12 / 12 / 2022

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Carolina Cyrillo
Orientadora

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2022

*Não há revelação mais aguçada da alma de
uma sociedade do que a forma pela qual ela
trata as suas crianças.*

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Encerro este ciclo com a certeza de que vivi todos os momentos possíveis entre tantas pessoas queridas e lembranças eternas. Despedidas e encerramentos não são o meu forte, me apego nos detalhes como as primeiras amizades que pude construir, a sensação de pisar na Faculdade Nacional de Direito pela primeira vez e sentir que era meu lugar. Nestes últimos anos pude começar, recomeçar e dizer adeus à várias partes de mim. Eu pude crescer e me reinventar ao lado de uma nova família que a Nacional me presenteou, me considero uma pessoa de muita sorte por ter vocês.

Nada disso seria possível sem o constante suporte daqueles que me criaram e me apoiaram a seguir o meu caminho. À minha vovó Marilza por ser minha inspiração como mulher e intelectual, sem você essa conquista não seria alcançável. Ao avô Carlos por ser o meu maior incentivador desde o primeiro momento que tomei a decisão da faculdade que iria cursar. Ao avô Celestino por me ensinar que sempre é possível aprender algo novo. Carrego vocês em meu coração sabendo que estão olhando por mim neste momento e comemorando esta vitória. Não poderia começar agradecendo outras pessoas, sei que vocês estão em todos os momentos ao meu lado.

Ao meu pai, Armando, por sempre acreditar em mim e investir nos meus sonhos. À minha mãe Denise, por todo apoio incondicional, por não medir esforços em me darem uma educação de qualidade e exemplos diários.

À avó Nanci por acreditar no meu potencial, mesmo quando duvidei, você sempre disse que eu conseguiria. À bisá Aracelli pelo amor e pelos conselhos que muito me fortaleceram nesta jornada. À minha tia Andréa, pelas incansáveis lições e ensinamentos na vida adulta. Aos meus irmãos, por todo apoio, incentivo e amor. Em especial, às minhas irmãs, Vitória e Manuela, por nunca me deixarem desistir dos meus sonhos, por todas as ligações de vídeo de madrugada, por sempre se fazerem presentes independente da distância. Eu não poderia colocar em palavras todo amor e agradecimento que eu sinto por vocês.

Aos meus amigos da Faculdade Nacional de Direito, que fizeram o Rio de Janeiro casa. Por todo o apoio e acolhimento dado a todo o momento. À minha orientadora Carolina Cyrillo, por todo apoio nessa caminhada. Especialmente, à minha entrevistada, que por meio de seu depoimento pode engrandecer meu trabalho e mostrar a relevância desse tema. À todo corpo docente da nossa Gloriosa, foram fundamentais para que essa caminhada se tornasse mais fácil e engrandecedora. É um privilégio ter feito parte de algo tão grande como essa instituição.

RESUMO

No cenário mundial atual, os fluxos migratórios estão cada vez mais intensos. Na América Latina, o maior movimento migratório tem sido na Venezuela. A presente dissertação versa sobre os desafios enfrentados pelas crianças venezuelanas que atravessam a fronteira desacompanhadas para a regularização no Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica. Para tal, há uma investigação sobre o instituto do refúgio aplicado em adultos, para depois verificar a situação das crianças refugiadas e focar no grupo das desacompanhadas. Analisa os dois grupos e, em seguida, verifica a proteção que o Brasil tem conferido a cada grupo, com objetivo de analisar o que tem sido feito em relação as crianças desacompanhadas. Além disso, analisa a atuação estatal no tocante a proteção jurídica desse grupo e as barreiras enfrentadas para conseguir a regularização. É verificada a atuação da sociedade civil como um todo, de acordo com a Resolução Conjunta nº 01/2017 e os instrumentos normativos internos. Nesse sentido, o principal objeto da pesquisa é analisar se o país tem cumprido com os tratados internacionais firmados no sentido de proteger os direitos fundamentais das crianças refugiadas venezuelanas que entram no país sozinhas.

PALAVRAS-CHAVE: Refúgio. Crianças Desacompanhadas. Venezuela. Regularização. Direitos humanos.

ABSTRACT

In the current world scenario, migratory flows are increasingly intense. In Latin America, the largest migratory movement has been in Venezuela. The present dissertation deals with the challenges faced by Venezuelan children who cross the border unaccompanied for regularization in Brazil. This is a qualitative, documentary and bibliographic research. To this end, there is an investigation into the refugee institute applied to adults, to then verify the situation of refugee children and focus on the unaccompanied group. It analyzes the two groups and then verifies the protection that Brazil has given to each group, with the objective of analyzing what has been done in relation to unaccompanied children. In addition, it analyzes the state action regarding the legal protection of this group and the barriers faced to achieve regularization. The performance of civil society as a whole is verified, in accordance with Joint Resolution No. 01/2017 and internal regulatory instruments. In this sense, the main object of the research is to analyze whether the country has complied with the international treaties signed to protect the fundamental rights of Venezuelan refugee children who enter the country alone.

KEYWORDS: Refuge. Unaccompanied Children. Venezuela. Regularization. Human rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA E O INSTITUTO DO REFÚGIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	13
1.1 CRISE HUMANITÁRIA NA VENEZUELA E MIGRAÇÃO	13
1.2 A EVOLUÇÃO DO INSTITUTO DO REFÚGIO NO BRASIL.....	16
1.2.1 Direito internacional e refúgio	17
1.2.2 O instituto do refúgio no cenário brasileiro	19
1.3 O INSTITUTO DO REFÚGIO APLICADO EM CRIANÇAS.....	25
1.3.1 No plano internacional	26
1.3.2 Instituto do refúgio na Constituição Federal e na Lei 9.474/97	28
CAPÍTULO 2 - ESTADO BRASILEIRO COMO RESPONSÁVEL PELA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS REFUGIADAS VENEZUELANAS E O PROCEDIMENTO PARA A SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO NO PAÍS.....	30
2.1 A CRIANÇA REFUGIADA DESACOMPANHADA COMO SUJEITO DE DIREITOS E O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE	30
2.1.2 A criança como sujeito de direitos.....	31
2.1.2 Crianças refugiadas desacompanhadas	32
2.1.2 Princípio do <i>non-refoulement</i> e do melhor interesse.....	32
2.2 INSTRUMENTOS JURÍDICOS INTERNOS	34
2.2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente.....	35
2.2.2 Lei 13.447/17	37
2.2.3 Parecer Consultivo 21/2014 da Corte Interamericana de Direitos Humanos ..	39
2.2.4 Resolução Conjunta nº 1/2017	41
2.3 PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO NO BRASIL	43
2.3.1 Solicitação de refúgio para os adultos.....	44
2.4 A SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO PARA CRIANÇAS DESACOMPANHADAS.....	46
CAPÍTULO 3 - DIFICULDADES E BARREIRAS PARA A REGULARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS REFUGIADAS DESACOMPANHADAS	49
3.1 LACUNAS JURÍDICAS EM RELAÇÃO AS CRIANÇAS REFUGIADAS	49
3.2 A ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NA TUTELA DAS CRIANÇAS DESACOMPANHADAS ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	54
3.3 A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	58
3.4 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS COMO ALIADAS DO ESTADO ..	62
3.4.1 Entrevista.....	63
CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

LISTA DE SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CF - Constituição Federal

CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ONU - Organização das Nações Unidas

UNHCR - The Um Refugee Agency

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

RNE - Registro Nacional de Estrangeiro

INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios se intensificaram muito no século XXI pelo mundo. Esse movimento decorre de diversas razões: guerras, conflitos internos, perseguição política, violação de direitos humanos ou a busca por condições melhores de subsistência. Segundo dados recolhidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em seu relatório de Tendências Mundiais referente ao ano de 2020¹, cerca de 26,4 milhões de pessoas se submeteram a deslocamentos forçados no mundo, sendo metade delas crianças.

Na América Latina, em especial, esses movimentos migratórios atingiram a Venezuela, que vive a maior crise humanitária de sua história. Por isso, esses deslocamentos são considerados forçados e esse fluxo é composto por diversos grupos vulneráveis. A proposta desse estudo se dá diante da preocupação com o grupo hipervulnerável de crianças que chegam ao país desacompanhadas e os desafios enfrentados por elas na busca de sua regularização.

No último relatório publicado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)², em 2020, o Brasil recebeu 28.899 pedidos de refugio, sendo 6.672 pedidos de menores de 15 anos. Diante dessa situação, é imprescindível um estudo acerca desse grupo. O número de refugiados no Brasil cresce a cada dia, diante do cenário de instabilidade social, econômica e política vivenciado na Venezuela. Por isso, são reconhecidos como refugiados, de acordo com a Lei 9.474/97³:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e **generalizada violação de direitos humanos**, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refugio em outro país. (grifos nossos)

¹ FERREIRA, Allana. Crianças representam cerca de metade do número de refugiados do mundo. ACNUR, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/10/12/criancas-representam-cerca-de-metade-do-numero-de-refugiados-do-mundo/>

² CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

³ BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** Promulga o Estatuto dos Refugiados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 04 set 2019.

Os imigrantes vindos nesse caso, se enquadram no inciso III, pois saem de seu país diante da falta de condições para subsistir no país. Nesse contexto, de miséria, fome, violação de diversos direitos humanos, há as crianças, que deveriam estar nas escolas, sob tutela do Estado. Porém, essa infância foi corrompida diante desse cenário de abandono estatal e, em sua maioria, familiar.

Assim, como dito anteriormente, muitas crianças chegam ao Brasil, desacompanhadas, indocumentadas, famintas e depois de dias andando pelas estradas sozinhas em busca de um futuro melhor. A Defensoria Pública da União (DPU)⁴, fez um estudo entre agosto de 2018 e julho de 2019, constatando que pelo menos 400 crianças venezuelanas atravessaram a fronteira desacompanhadas e sem nenhum documento.

Desse modo, esses menores desacompanhados, que ingressam ao país em busca de refúgio, necessitam de um aprimoramento da governança migratória por parte do Estado, considerando que são sujeitos de direitos. Uma vez dentro do território brasileiro, esses indivíduos estão tutelados pela Constituição Federal, que em seu artigo 227⁵, garante a proteção integral da criança, com absoluta prioridade, assegurando os direitos à vida, liberdade, dignidade, respeito, entre outros. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁶, se estende a esses seres, por ser destinado à todas as crianças, independente de seu local de nascimento.

Cabe ressaltar, que nessa pesquisa, será considerado como criança, todos os menores de 18 anos, nos termos do artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)⁷, “considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”. Em âmbito nacional, o ECA, diferencia criança e adolescente, “a pessoa até doze anos de idade

⁴ CIEGLINSKI, Amanda. Ao menos 400 crianças venezuelanas chegaram sozinhas ao Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-10/ao-menos-400-criancas-venezuelanas-chegaram-ao-brasil-sozinhas>>

⁵ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

⁶ BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>.

⁷ UNICEF. A Convenção Sobre os Direitos da Criança. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.html.

incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”, mas confere a mesma proteção para ambos.

Diante do exposto, essa pesquisa busca debater essa problemática atual que segue sem solução, com recorte nas crianças venezuelanas refugiadas desacompanhadas e os desafios que enfrentam para garantir seus direitos e sua regularização no Brasil. O problema de pesquisa surge justamente por não existir uma legislação específica que tutele o direito dessas crianças refugiadas desacompanhadas. Além disso, é imprescindível que se dê um tratamento diferenciado às pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, no qual seja levado em consideração seus estados social, físico e psíquico únicos.

Em atenção à problemática, questiona-se “de que forma o Brasil vem cumprindo com os compromissos firmados em tratados internacionais e nacionais e, se dá a proteção necessária a esse grupo de crianças”, esse debate será discutido ao longo do texto em atenção às normas vigentes atualmente no direito brasileiro e por meio de entrevistas com trabalhadoras de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuam diretamente nos abrigos para crianças refugiadas e sabem como a situação prática realmente funciona.

Para essa pesquisa, o método de abordagem adotado se dará por meio de estudo documental e bibliográfico- livros, teses, artigos nacionais e internacionais e notícias publicados acerca do tema. Além disso, ao final, será realizada uma entrevista com uma agente de proteção humanitária de abrigos em Boa Vista, Roraima, local que concentra os maiores números de refugiados venezuelanos, como será visto ao longo desse estudo.

No primeiro capítulo, o objetivo é entender como se deu a maior crise humanitária na Venezuela para que o país passasse por esse intenso fluxo migratório de pessoas procurando refúgio em outros territórios vizinhos. Além disso, compreender como o instituto do refúgio surgiu e como o Brasil interpreta esse conceito em seu ordenamento jurídico. Em seguida, será explicado sobre como o refúgio é aplicado ao grupo vulnerável das crianças. As diferenças e distinções, diante da proteção e cuidado maior que deve ser aplicado a esse grupo.

A seguir, no segundo capítulo, será verificada a responsabilidade do Estado Brasileiro com as crianças refugiadas venezuelanas, a partir dos princípios adotados no ordenamento jurídico: melhor interesse da criança, proteção integral e não-devolução. A seguir, serão

verificados os instrumentos legislativos internos utilizados na proteção das crianças refugiadas, mas será verificado que não há nenhuma legislação específica para tutelar esse grupo de vulneráveis. Por fim, será explicado como funciona o procedimento para solicitação de refugio para adultos e as diferenças e complicações de sua aplicação para as crianças, especialmente as desacompanhadas.

No terceiro capítulo, se inicia com a explicação dos desafios e barreiras enfrentadas para a regularização das crianças refugiadas desacompanhadas no plano prático. Em seguida, diz como se dá a atuação estatal e as políticas públicas destinadas a esse grupo como forma de proteção e garantia de direitos. Além disso, é feita uma análise acerca da atuação da Defensoria Pública e outras instituições civis, como as Organizações Não-Governamentais, na realidade. O capítulo termina com o relato de uma agente de proteção humanitária que atua diretamente nos abrigos em Boa Vista. Esse relato é de suma importância para demonstrar a realidade do dia a dia dessas crianças e a importância dessa temática.

Por fim, a conclusão será feita com base no apresentado nos capítulos anteriores, se a resposta dada pelo Estado Brasileiro tem sido suficiente no tocante aos compromissos firmados internacionalmente e internamente, bem como, será observado quais são os impasses que as crianças refugiadas venezuelanas tem encontrado ao atravessar a fronteira para o Brasil para sua regularização e a possibilidade de recuperar sua infância.

CAPÍTULO 1 - CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA E O INSTITUTO DO REFÚGIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Na segunda metade do século XX, a Venezuela, país latino que faz fronteira com o Brasil, ganhou destaque e estampou diversos jornais e notícias devido à uma forte crise institucional e econômica a qual está imersa. Um país que se mostrou prospero por muitos anos, entrou em um panorama, em que muitos passaram a enxergar a migração como única opção de sobrevivência. Nesse contexto, de incertezas e fome, foi gerada uma crise humanitária, fazendo com que o Brasil se tornasse a opção de muitos venezuelanos.

Segundo relatórios do ACNUR⁸, a partir de 2014, mais de 4,5 milhões de venezuelanos saíram do país, sendo um dos maiores deslocamentos forçados no mundo contemporâneo. Assim, é necessário entender como esse cenário foi construído nesse Estado.

1.1 CRISE HUMANITÁRIA NA VENEZUELA E MIGRAÇÃO

A crise prolongada que a Venezuela vem atravessando é complexa e envolve diversos fatores, políticos e econômicos, inclusive tendo envolvimento de outros países, mas os principais motivos se dão na luta pela liderança do país e a desvalorização do petróleo.

No âmbito político, pode ser explicado pela sucessão de fatos que serão explicados a seguir. Em 2012, Hugo Chávez, que vinha governando desde 1999, venceu as eleições presidenciais para o seu terceiro mandato consecutivo. No entanto, ele não chegou a iniciar seu novo termo, tendo falecido vítima de câncer em março de 2013. Mas, ele indicou um sucessor, Nicolás Maduro, seu vice-presidente, que venceu as eleições convocadas um mês após sua morte. Cabe ressaltar, que a época a aprovação do governo de Chávez era cerca de sessenta e quatro por cento (64%)⁹.

Dando fim a Era Chavista, Maduro, assume a presidência do país e tenta continuar o projeto de governo bolivariano de desenvolvimento nacional. O ponto principal, era que o

⁸ ACNUR. **Global trends: forced displacement in 2019**. [Geneva]: UNHCR, 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5ee200e37/unhcr-global-trends-2019.html>

⁹ SQUEF, Tatiana de A F R Cardoso; WEIMER, Sarah Francieli Mello. Crise venezuelana, emigração e fechamento de fronteira: análise da ação cível originária n.º 3121/RR. **Revista Pensar**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 1-19, jan. 2020. Fundacao Edson Queiroz. <http://dx.doi.org/10.5020/2317-2150.2020.10728>.

político possui um perfil mais intervencionista e não era tão popular quanto o seu antecessor. A crise econômica acabava influenciando diretamente a governabilidade de Maduro, que tinha uma oposição crescendo cada vez mais, e em contrapartida, ele optou por prender e perseguir muitos opositores. Como o governo temia uma revolta popular, passou a reprimir a população comum também que protestava por direitos básicos.

O principal fator que gerou a crise política no país, teve origem na crise econômica. Durante grande parte do Governo de Chávez (1999-2013), o país viveu bons anos de desenvolvimento econômico e social, o que se dava graças ao petróleo. O que é explicitado pelo fato de que cerca de noventa por cento (90%) da economia no Estado era baseada na produção e exportação desse recurso, a época um barril custava, em média, cem dólares (US\$ 100), fazendo com que esse lucro pudesse ser investido em diversos programas sociais. Esses programas eram inspirados no socialismo bolivariano, são exemplos os programas sociais de transferências de renda, moradia popular, melhorias nos serviços de educação e saúde.

Por ser um país dependente de apenas uma matriz econômica, com a queda da produção e preço do barril de petróleo, o país entrou em uma grave crise. No século XX, a Venezuela não se importou em fazer investimentos em outros setores, tendo como foco apenas um único recurso, fazendo com que o setor petrolífero recebesse muitos investimentos e fosse o foco de renda do país¹⁰. A partir de 2014, o preço de um barril passou a ser em torno de quarenta e oito dólares (US\$ 48), uma queda imensa, para um país totalmente dependente desse produto.

Com a queda da exportação do petróleo, houve um aumento estratosférico da inflação. Em corolário, o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu devido a dependência econômica do país nessa *commodity* e as medidas adotadas pelo novo presidente, fez com que o país passasse por uma das maiores crises de abastecimento de produtos básicos. Assim, Leonardo Vera¹¹, resume o cenário e fundamenta os fatores que levaram o país a essa crise, como:

La persistente dependencia de un recurso natural exportable cuyos ingresos exhiben un comportamiento altamente volátil, la tendencia a acumular gestiones fiscales deficitarias, el peso excesivo del Estado en la economía, el escaso dinamismo del

¹⁰ SQUEF, Tatiana de A F R Cardoso; WEIMER, Sarah Francieli Mello. Crise venezuelana, emigração e fechamento de fronteira: análise da ação cível originária n.º 3121/RR. **Revista Pensar**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 1-19, jan. 2020. Fundação Edson Queiroz. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5020/2317-2150.2020.10728>>.

¹¹ VERA, Leonardo. ¿Cómo explicar la catástrofe económica venezolana? **Revista de Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 274, p. 83-96, mar./abr. 2018. Disponível em: <https://www.nuso.org/revista/274/venezuela-el-ocaso-de-la-revolucion/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

sector privado no petrolero para proyectarse internacionalmente, la alta dependencia de las importaciones, la sobrevaluación crónica de la moneda, la caída secular de la productividad, son todos factores que se conjugan para proyectar, con un elevado grado de certeza, el advenimiento de una crisis. También puede apelarse a la caída abrupta del precio del petróleo y de los ingresos de origen petrolero como la razón que explica el advenimiento de la crisis.

Portanto, a queda do preço do barril de petróleo aliada a crise política, em que as declarações e comportamentos de Maduro não agradavam o cenário internacional, geraram diversas sanções econômicas ao país, fazendo com que a recuperação da estabilidade financeira se tornasse ainda mais difícil¹².

Nesse contexto de instabilidade econômica e política, Maduro adotou medidas extremamente intervencionistas, com o objetivo de contornar a crise, entre elas a redução do preço das mercadorias, limitando a margem de lucro do setor privado - resultando um verdadeiro colapso social- e a repressão violenta de parte da população que se mostrava insatisfeita com o governo. A situação pode ser exposta pelas palavras de André Paulo Pereira¹³:

A inflação é de quatro dígitos (ultrapassou 2.500% em 2017), a escassez de remédios supera 85%, estudos recentes demonstram que seis a cada dez venezuelanos já foram dormir com fome, e a população perdeu em média 11kg por falta de alimentos ou de dinheiro para comprá-los. A criminalidade se tornou uma das maiores do mundo, e a percepção das pessoas é de que vivem no país mais perigoso do mundo, segundo a Gallup, com 27.000 assassinatos em 2017, sendo 5.000 por resistência às forças de segurança.

Nesse cenário de conturbação generalizada, iniciou uma crise de abastecimento de produtos básico para a subsistência da população, o que fez com que o Governo lançasse um controle de racionamento por cidadão¹⁴. A realidade do país era traduzida por: inflação altíssima, falta de recursos para investimentos e programas de transferência de renda, escassez de alimentos, desemprego, demonstrando uma verdadeira crise de caráter humanitário.

¹² FERNANDES, Danielle Fagundes. FERNANDEZ, Pedro Henrique Cabral; POGGIANELLA, Bruno Elmôr. A crise venezuelana e seus reflexos na sociedade brasileira. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, v. 12, n. 1, p. 176-202, Jan-Jun, 2020. Disponível em: <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/742/728>.

¹³ PEREIRA, André Paulo. A imigração venezuelana em Roraima e o risco da explosão demográfica. **Estadão**, São Paulo, 20 ago. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-imigracao-venezuelana-em-roraima-e-o-risco-da-explosao-demografica/>

¹⁴ O GLOBO. Maduro Lança Cartão para Combater Escassez de Alimentos na Venezuela. Caracas: **O Globo**, 02 de junho de 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/maduro-lanca-cartao-para-combater-escassez-de-alimentos-na-venezuela-12367734>

Devido a esse quadro apresentado de adversidades económicas, sociais e políticas, a única estratégia de sobrevivência encontrada por muitos venezuelanos se tornou a busca por abrigo nos vizinhos geográficos. A Argentina, Chile, Peru, Colômbia, Equador e o Brasil, têm recepcionado muitos venezuelanos. A Colômbia abriga o maior número de refugiados e migrantes da Venezuela, com mais de 1,1 milhão. O país é seguido por Peru, com 506 mil; Chile, 288 mil; Equador, 221 mil; Argentina, 130 mil; e Brasil, 96 mil. México e países da América Central e do Caribe também recebem um número significativo de refugiados e migrantes venezuelanos¹⁵.

Assim, devemos entender quais ações e caminhos o Brasil tem utilizado para receber esses migrantes e refugiados. Além disso, entender quem é considerado refugiado segundo o ordenamento jurídico do país para compreender como as crianças venezuelanas se enquadram nesse paradigma.

1.2 A EVOLUÇÃO DO INSTITUTO DO REFÚGIO NO BRASIL

O fenômeno da migração é inerente ao ser humano, desde os primórdios, há relatos de humanos se deslocando por diversos motivos, seja por razões económicas ou forçadas, fundadas no medo de perseguição, com objetivo de buscar uma condição de vida melhor. O desenvolvimento da sociedade foi afetado diretamente com esses deslocamentos, surgindo novas crenças, culturas e surgindo o sentimento de pertencimento e cidadania em relação a determinado local.

No mundo contemporâneo, ser cidadão é algo indispensável, fazendo com que um indivíduo se sinta parte de um Estado, tenha um local de pertencimento. Esse conceito pode ser compreendido como regras e obrigações impostas à sociedade que devem ser seguidas e deveres que o Estado para com o indivíduo em prol da coletividade e harmonia da sociedade. Além disso, é saber que se está amparado pela lei e protegido por esse governo que sustenta esse país.

Portanto, quando um Estado deixa de exercer sua função e passa a desamparar seus cidadãos negando direitos básicos, cria-se um cenário em que essa situação pode se tornar

¹⁵ ACNUR. **Número de refugiados e migrantes da Venezuela no mundo atinge 3,4 milhões.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/02/25/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/>

extrema, originando as tentativas de refúgio. Ou seja, um indivíduo se torna refugiado quando seus direitos são tomados, é uma consequência direta de ameaça e violação de um ou mais Direitos Humanos.

1.2.1 Direito internacional e refúgio

A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), período em que teve um grande deslocamento forçado em massa, muitos foram obrigados a deixar suas terras e buscar abrigo em outras nações. Em 1945, com o fim da guerra, os primeiros decretos relacionados aos Direitos Humanos foram surgindo, para que pudessem devolver a dignidade humana dos indivíduos e cuidar das vítimas da guerra¹⁶. Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada, para manter a boa convivência entre os Estados e a harmonia.

Três anos após a criação da ONU, surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos, contendo diversas regras e direitos básicos à população mundial, direitos a todos sem distinção, sendo marcados pela indivisibilidade dos direitos. Em seu artigo 13^{o17}, ela faz menção à migração:

- 1 - Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
- 2- Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Nesse contexto, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 1950, tendo objetivo de desenvolver formas de promover um acolhimento para os “deslocados”, bem como reassentar esses que perderam suas casas. Sua criação teve por base a Convenção Relativa ao Direitos dos Refugiados de 1951, essa convenção trouxe a definição de refugiado no artigo 1^{o18}:

- A. Para os fins da presente Convenção, o termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa:
- 1) Que foi considerada refugiada nos termos dos Ajustes de 12 de maio de 1926 e de 30 de junho de 1928, ou das Convenções de 28 de outubro de 1933 e de 10 de fevereiro

¹⁶ BOTELHO, Verônica Alves; SOUZA, Rafael Xavier de. **A Crise Humanitária Venezuelana: Os Direitos dos Refugiados e A Nova Lei de Migração – Lei 13.445/2017.** Disponível em: <https://jnt1.websiteseuro.com/index.php/JNT/article/view/490>.

¹⁷ UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

¹⁸ ACNUR. **Convenção de 1951.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>.

de 1938 e do Protocolo de 14 de setembro de 1939, ou ainda da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados;

2) Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Nota-se que há uma reserva temporal e geográfica a esse conceito, por isso, frente a insuficiência da Convenção de 1951, em 1967, foi criado um Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados. Seu artigo 1º¹⁹, traz uma nova conceituação, sem reservas:

1. Os Estados partes no presente Protocolo comprometer-se-ão a aplicar os artigos 2 a 34 inclusive da Convenção aos refugiados, definidos a seguir.

2. Para os fins do presente Protocolo o termo "refugiados" salvo no que diz respeito à aplicação do parágrafo 3 do presente artigo, significa qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras "em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e..." e as palavras "como consequência de tais acontecimentos" não figurassem no parágrafo 2 da seção A do artigo primeiro.

3. O presente Protocolo será aplicado pelos Estados partes sem nenhuma limitação geográfica; entretanto, as declarações já feitas em virtude da alínea a do parágrafo 1º da seção B do artigo primeiro da Convenção aplicar-se-ão também, no regime do presente Protocolo, a menos que as obrigações do Estado declarante tenham sido ampliados e conformidade com o parágrafo 2 da seção B do artigo primeiro da Convenção.

Portanto, houve uma ampliação do conceito de refugiado, para que pudesse ser atendido os direitos das pessoas que se encontravam naquela condição, mas em locais e momentos diferentes, para evitar o desamparo legal desses indivíduos. Além disso, com o Protocolo de 1967 referente ao Estatuto dos Refugiados, o ACNUR teve sua função expandida e mantida até os dias atuais. Hoje, seu foco está pautado em conscientizar os países sobre os refugiados, sua proteção e tratamento que deve ser dado. Tem o papel de fiscalizar se os direitos e deveres desses indivíduos estão sendo garantidos, para que tenham a possibilidade de se tornarem cidadãos de uma nova nação.

Em 1984, um período de instabilidade na América Central, foi instaurada a Declaração de Cartagena²⁰, para que pudesse amparar novas situações que mereciam o acolhimento dos

¹⁹ BRASIL. **Decreto nº 70.946, de 07 de agosto de 1972**. Promulga o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. Brasília: Presidência da República, 1972. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D70946.htm

²⁰ OEA. **Declaração de Cartagena**. Cartagena: OEA, 1984. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos/Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf.

indivíduos e que a aplicação das convenções anteriores fosse feita de maneira mais eficaz. Com isso, surgiu um outro conceito de refugiado, que tivesse uma amplitude maior:

Terceira - Reiterar que, face à experiência adquirida pela afluência em massa de refugiados na América Central, se toma necessário encarar a extensão do conceito de refugiado tendo em conta, no que é pertinente, e de acordo com as características da situação existente na região, o previsto na Convenção da OUA (artigo 1., parágrafo 2) e a doutrina utilizada nos relatórios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

Assim, a declaração estabeleceu um vínculo entre os Direitos Humanos e Direito Internacional dos Refugiados, na América Central e do Sul.

1.2.2 O instituto do refúgio no cenário brasileiro

No Brasil, passado o período de autoritarismo, fez-se necessário a retomada das instituições democráticas caminharem com o respeito aos direitos violados durante esse período. Em 1979, com o processo de abertura política, no Governo de João Figueiredo (1979-1985), os brasileiros que estavam exilados e refugiados retornaram ao país, fazendo com que o país voltasse a ser um país de acolhimento. A Lei 6.815, o Estatuto do Estrangeiro, foi aprovada em 1980, que regulamentava o imigrante por meio de uma percepção securitária, tendo uma visão desse indivíduo como ameaça ou perigo²¹.

Com a efetiva redemocratização do Brasil, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal. A Carta Magna trouxe importantes mudanças da orientação política em relação à proteção humanitária, tendo um grande compromisso com os Direitos Humanos. Isso quer dizer que possui uma nova abordagem ao tratar a cidadania e a forma de tratar o estrangeiro, tendo foco em questões sociais e humanitárias, com o compromisso do bem-estar geral da população e sua dignidade humana.

²¹ MOREIRA, Júlia Bertino. Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, 2010.

Entretanto, a Carta Cidadã não possui um artigo que verse especificamente sobre o refúgio, porém, em seu artigo 3º, inciso IV, diz que tem objetivo de promover o “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação”, podendo ser aplicada aos refugiados. Em seu artigo 4º²², incisos II e X, sobre os princípios que irão reger as relações internacionais com a República Federativa Brasileira, são eles:

Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (...)

II - prevalência dos direitos humanos; (...)

X - concessão de asilo político.

No artigo 5º²³, parágrafos 2º e 3º, disciplina sobre a indistinção entre as pessoas, sejam estrangeiras ou não, todas possuem direitos iguais para que seja assegurada a dignidade. Além disso, nesse importante artigo, garante que os direitos decorrentes da Constituição não irão excluir outros direitos gerados por meio de tratados que o país seja parte, assim, resguardando os direitos e proteção das pessoas solicitantes de refúgio:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Dessa forma, podemos perceber que no tocante aos refugiados, o Estado possui um posicionamento avançado, tendo ratificado a Convenção de 1951, no mesmo ano de sua celebração, tendo sido promulgada por meio do Decreto nº 50.215, em 28 de janeiro de 1961, mas com a reserva geográfica, que foi abandonada apenas em 1989. Quanto ao Protocolo de 1967, o Brasil aderiu em 1972.

Nesse cenário, da nova constituição, em 1997, surge a Lei 9.474, uma lei brasileira específica para os refugiados do Brasil, incluindo seus direitos e deveres, sendo regidos pelos protocolos já assinados, de acordo com os tratados da ONU e respeitando os Direitos Humanos.

²² BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

²³ *Ibid.*

É conhecida como Lei do Refugiado, foi a primeira legislação nacional específica adotada em toda América Latina para esse fim. De acordo com Andrade e Ramina²⁴:

É imperioso destacar que a Lei nº 9.474/97, que disciplina a situação dos refugiados, tem seu nascimento a partir da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e do Protocolo de 1967. Em que pese às legislações internas de outros países serem mitigadas a designar um órgão responsável pela proteção dos refugiados e procedimentos para a concessão do pedido de refúgio, o Brasil foi além das políticas migratórias, passou a regular os deslocamentos forçados, o procedimento para requerer a condição de refugiado, seus direitos e obrigações.

O conceito de refugiado é explicado no primeiro artigo da Lei 9.474/97²⁵, sendo ele todo indivíduo que:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Com esse conceito, podemos perceber que é amplo, adotando em sua legislação a definição de refugiado dada pela Declaração de Cartagena, protegendo as vítimas de migração forçada. Trata esse indivíduo sem restrições geográficas ou temporais, incluindo aqueles que fundados por grave violação de direitos humanos ou medo de perseguição sejam incluídos. Ou seja, esses estão em uma categoria de migrantes que transpõe fronteiras não por motivos pessoais, mas por uma necessidade de sobrevivência.

No inciso III, ao mencionar a “grave e generalizada violação de direitos humanos”, o legislador teve como finalidade abarcar aqueles que estão em uma dinâmica de violência e sem atuação do Estado, ou seja, ele desaparece e permite essa violação.

²⁴ ANDRADE, Valeria Pereira; RAMINA, Larissa. Refúgio e dignidade da pessoa humana: breves considerações. In: ANNONI, Danielle et al. (Org.). **Direito Internacional dos Refugiados e o Brasil**. Curitiba: Gedai/UFPR, 2018, pp. 29-41.

²⁵ BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Promulga o Estatuto dos Refugiados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 04 set 2019.

Além dessa definição conceitual, a lei aborda outros temas essenciais ao solicitante de refúgio: hipóteses de extensão e exclusão da condição de refugiado; a criação do Comitê Regional para os Refugiados (CONARE); os processos e trâmites para a solicitação de refúgio; efeitos e condições para a perda de condição de refugiado, entre outros.

Sobre a criação do CONARE, esse é um órgão colegiado de proteção, com objetivo de fiscalizar os pedidos de refúgio do país e criar a organização interna desses, auxiliando o fluxo migratório e averiguando os documentos, suas funções estão descritas no artigo 11 e 12 da referida lei:

Art. 11. Fica criado o Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça.

Art. 12. Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados:

I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado;

II - decidir a cessação, em primeira instância, ex officio ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;

III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado;

IV - orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados;

V - aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei.

Portanto, o que se extrai dos referidos artigos é que o CONARE tem a capacidade de ditar como os refugiados que estão no Brasil devem se comportar e por quais meios devem se apresentar para que consigam esse *status* perante o país.

Cabe ressaltar, que algumas medidas normativas que são adotados aos refugiados não estão na Lei 9.474/97, algumas são encontradas em Resoluções Normativas, como a Resolução Normativa nº 18, de 30 de abril de 2014, que especifica sobre a estadia do refugiado e seus direitos. Temos também a Resolução Normativa nº 23, de 30 de setembro de 2016, que explica sobre o refugiado que quer viajar a outro país, mas não quer perder sua condição de refugiado no Brasil.

Em 24 de maio de 2017, foi criada a Lei 13.445, sendo conhecida como a sucessora do Estatuto do Estrangeiro- redigido em 1980. Com a nova Lei, o estrangeiro passou a ser visto como uma pessoa de direitos, fundamental e integrante da sociedade. Além disso, se tornou um importante instrumento para os solicitantes de refúgio, visto que em seu artigo 31, §4º, dispõe

que “o solicitante de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida fará jus a autorização provisória de residência até a obtenção de resposta ao seu pedido”, sendo um amparo legal para as pessoas que ainda não tem definição de sua situação no país.

Segundo Jardim²⁶, a lei enquadra a migração na dinâmica de proteção dos Direitos Humanos, resguardando seus direitos, liberdades, garantias constitucionais dos migrantes, mas se comunicando com outros regimes especiais, como o asilo, os apátridas e o refúgio.

O Brasil foi considerado uma referência no tocante as legislações criadas para amparar os refugiados. No cenário complexo das migrações, a partir de 2010, o país começou a receber refugiados e migrantes em alto grau de vulnerabilidade. Entre 2010 e 2015, o número de solicitações de refúgio aumentou em uma proporção de 2.868%, de 966 para 28.670 solicitações²⁷. A explicação para essa mudança de cenário é referente ao terremoto ocorrido no Haiti, em 2010, combinada com a chegada de refugiados sírios fugindo da guerra que assolava seu país natal.

Atualmente, o maior motivo que faz com que o país receba indivíduos solicitantes de refúgio, é referente a Venezuela. Devido a diversos problemas econômicos, políticos, sociais, anteriormente explicados, muitos viram como única alternativa para sua sobrevivência, a migração. O êxodo venezuelano, teve como principal foco, os países vizinhos. Como o Brasil faz fronteira com o país, se tornou uma das possibilidades de mudança de vida para esses migrantes.

Segundo dados da UNICEF²⁸, sigla em inglês para United Nations International Children's Emergency Fund (em português, Fundo das Nações Unidas para a Infância), entre 2015 e maio de 2019, foram registradas mais de 178 mil solicitações de refúgio no Brasil, com

²⁶ JARDIM, Tarciso Dal Maso. A lei migratória e a inovação de paradigmas. *In*: ACNUR/IMDH. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 12, n. 12, p. 17-46, dez. 2017. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/wpcontent/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-12_Ref%C3%BAgioMigra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf. Acesso em 02 de jul. de 2022.

²⁷ FARAH, P. D. Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. **Revista USP**, [S. l.], n. 114, p. 11-30, 2017. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i114p11-30. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/142365>. Acesso em: 16 out. 2022.

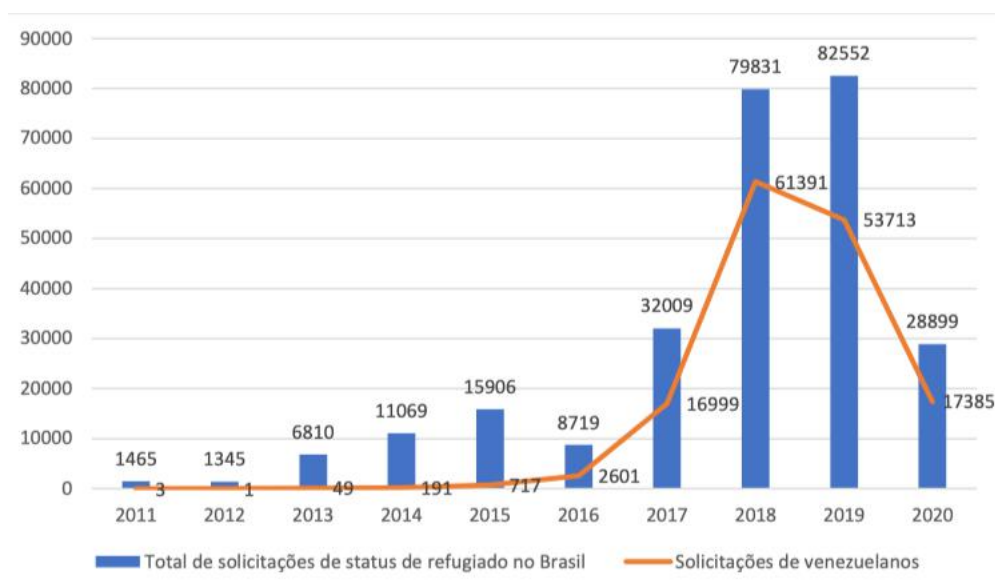
²⁸ BRANDÃO, Inaê. **Crise migratória venezuelana no Brasil**: O trabalho do UNICEF para garantir os direitos das crianças venezuelanas migrantes. UNICEF, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>.

uma concentração de pedidos no estado de Roraima, explicado pelo fato do estado fazer fronteira com a Venezuela e ser considerado um dos acessos mais fáceis para esses migrantes.

O fluxo de venezuelanos em Roraima já registra um recorde histórico e pode ser considerado o maior fluxo migratório internacional já registrado no estado desde a sua criação, em 1988, segundo João Carlos Jarochinski, professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e especialista em questões fronteiriças.²⁹

Os dados fornecidos pelo Ministério da Justiça Brasileiro, por meio do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), mostram a predominância dos pedidos de refúgio venezuelanos, demonstrando a importância desse recorte.

Gráfico 1 – Solicitações de status de refugiado no Brasil:



Fonte: Refúgio em Números 6ª Edição³⁰.

Como consequência desse fluxo, em 15 de fevereiro de 2018, o Decreto nº 9.285, teve um importante papel ao reconhecer a situação de vulnerabilidade gerada pelo cenário sociopolítico venezuelano, caracterizada por uma crise humanitária. Além disso, em 18 de março de 2018, a Portaria Interministerial nº 9 do Ministério da Justiça e Segurança Pública e

²⁹ BARBOSA, Carolina Coelho; OBREGON, Marcelo Fernandes Quiroga. **Venezuela Para Além das Fronteiras: Análise do Impacto da Crise Venezuelana na População e na Saúde Pública de Roraima.** Disponível em: https://www.derechocambiosocial.com/revista054/VENEZUELA_PARA_ALEM_DAS_FRONTIEIRA.pdf. Acesso em: setembro de 2022.

³⁰ SILVA, G. J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; COSTA, L. F. L.; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

do Ministério das Relações Exteriores, dispôs sobre a autorização de residência ao imigrante no território brasileiro e seja de país fronteiriço, mesmo onde não estiver valendo o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e países associados.

Nesse mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 13.684, em 21 de junho de 2018, que determinou a criação do Comitê Federal de Assistência Emergencial, ambos com objetivo de determinar medidas assistências para serem aplicadas aos grupos migratórios vulneráveis. Com isso, o CONARE pode reconhecer a generalizada crise de desrespeito aos direitos humanos e, em 2019, foi implantada a desobrigação da entrevista de elegibilidade para os deslocados vindos da Venezuela, em face do artigo 6º, §1º, inciso II da Resolução Normativa nº 29, de 14 de junho de 2019.

1.3 O INSTITUTO DO REFÚGIO APLICADO EM CRIANÇAS

A migração entre crianças e adolescentes, se intensificou nas duas últimas décadas. Segundo o relatório “Global Trends: Forced Displacement,”³¹ em 2017, das 68 milhões de pessoas deslocadas no referido ano, 52% representavam crianças menores de 18 anos de idade.

No tocante às crianças objetos desse estudo, evidencia-se que essas estão expostas do seu país de origem até o destino, a muitos tipos de violência, incluindo a psicológica, somando às dificuldades linguísticas, sanitárias e sociais, tendo sido piorado durante a pandemia do COVID-19. Apesar das adversidades, são diversas as razões que fazem com que essas crianças se lancem nessas jornadas sozinhas, incluindo a violência doméstica, desestruturação familiar, anseio por uma vida melhor, entre outros.

Por isso, temos números alarmantes de crianças refugiadas no mundo, cerca de 50 milhões de crianças em todo o mundo são migrantes, deslocadas internas ou refugiadas, segundo dados da UNICEF. Ademais, desse número, uma em cada três crianças que vivem fora de sua terra natal são refugiadas. Em nível mundial, uma em cada duzentas crianças, são refugiadas. Infelizmente, é um número que só cresce.

³¹ ACNUR. **Global trends: forced displacement in 2019.** [Geneva]: UNHCR, 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5ee200e37/unhcr-global-trends-2019.html>

O número de crianças desacompanhadas – aquelas que são menores de dezoito anos e não têm um responsável legal – também teve um crescimento exponencial. Esse número chegou a trezentos mil entre 2015 e 2016, numa análise feita contendo dados de oitenta países (UNICEF, 2018).

Esse grupo de menores desacompanhados, são considerados hipervulneráveis, o prefixo serve para inserir um maior grau, algo ultrapassando o normal, combinado ao termo “vulnerabilidade”, demonstra a intensa fragilidade desse grupo, mostrando a necessidade de mais atenção e amparo do Estado que os acolher³².

1.3.1 No plano internacional

No plano internacional, a primeira norma que versasse sobre as crianças, foi em 1924, com a Carta da Liga sobre a Criança. No entanto, inseria o adulto como superior e responsável pela proteção da criança.

Com a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), em seu artigo 2º, dizia que “todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração”, portanto, poderia ser aplicada às crianças em condição de refúgio, já que não existia lei específica para os menores.

Em 1946, a UNICEF foi criada pela ONU, com objetivo de proporcionar assistência para as crianças que sofreram com o pós-guerra. Esse órgão se tornou permanente, com a função de garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade.

Em 1959, a Declaração dos Direitos das Crianças foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo princípios relativos a direitos dos menores, como nacionalidade, educação gratuita e obrigatória e amor, sendo determinado que o parâmetro de proteção deveria

³² GAUDENCIO, Aldo Cesar Figueiras. **Da vulnerabilidade à hipervulnerabilidade:** proteção contratual dos consumidores nos direitos da União Europeia, Portugal e Brasil. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2015. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30146/1/Da%20vulnerabilidade%20a%20hipervulnerabilidade.pdf>. Acesso em 03 de jul. de 2022.

respeitar seu melhor interesse. Todavia, o referido documento não possuía força vinculante, apesar de evidenciar a necessidade de um documento vinculativo³³. Ademais, não havia nenhuma lei específica para as crianças em situação de refúgio, apenas possuía princípios que enquadravam essas:

PRINCÍPIO 1º Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

[...]

PRINCÍPIO 10º A criança gozará proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza. Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes.³⁴

Apenas em 1989, com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, elas passaram a ser vistas como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, devendo ter uma proteção especial³⁵. É um dos corpos legais mais relevantes, sendo ratificada por 195 países, incluindo o Brasil. Em seu artigo primeiro, a referida Convenção considera elucida que: “considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”, diferentemente do ordenamento jurídico brasileiro.

Além disso, cabe ressaltar que no artigo 22³⁶, a Convenção descreve o direito de refúgio para as crianças, acompanhadas ou desacompanhadas, demonstrando a necessidade de assistência humanitária tendo em vista a sua vulnerabilidade, o referido artigo diz que:

1. Os Estados Partes adotarão medidas pertinentes para assegurar que a criança que tente obter a condição de refugiada, ou que seja considerada como refugiada de acordo com o direito e os procedimentos internacionais ou internos aplicáveis, receba, tanto no caso de estar sozinha como acompanhada por seus pais ou por qualquer outra pessoa, a proteção e a assistência humanitária adequadas a fim de que possa usufruir dos direitos enunciados na presente convenção e em outros instrumentos

³³ GRAJZER, Deborah Esther. **Crianças refugiadas: um olhar para infância e seus direitos**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

³⁴ ONU. **Declaração dos direitos das crianças**, de 20 de novembro de 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-epolitica-externa/DeclDirCrian.html>

³⁵ PIOVESAN, Flávia. Integrando a perspectiva de gênero na doutrina jurídica brasileira: desafios e perspectivas. In: **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2003, p. 278.

³⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Crianças**, de 20 de novembro de 1989. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-osdireitos-da-crianca>>

internacionais de direitos humanos ou de caráter humanitário dos quais os citados Estados sejam parte.

2. Para tanto, os Estados Partes cooperarão, da maneira como julgarem apropriada, com todos os esforços das Nações Unidas e demais organizações intergovernamentais competentes, ou organizações não-governamentais que cooperem com as Nações Unidas, no sentido de proteger e ajudar a criança refugiada, e de localizar seus pais ou outros membros de sua família a fim de obter informações necessárias que permitam sua reunião com a família. Quando não for possível localizar nenhum dos pais ou membros da família, será concedida à criança a mesma proteção outorgada a qualquer outra criança privada permanente ou temporariamente de seu ambiente familiar, seja qual for o motivo, conforme o estabelecido na presente convenção.

Ela cita que os Estados deverão cooperar, à sua maneira, para proteger as crianças refugiadas, nota-se que carece de uma proteção específica para a criança em situação de refúgio. Essa Convenção possui três bases: reconhecimento da criança com uma condição especial, direito à convivência familiar e prioridade dos direitos previstos. Direitos esses totalmente relacionados ao refúgio subsidiariamente, como: o direito à vida, princípio da não discriminação, melhor interesse da criança, unidade familiar, entre outros.

1.3.2 Instituto do refúgio na Constituição Federal e na Lei 9.474/97

Com a criação da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, houve uma mudança de perspectiva, fazendo com que o ordenamento jurídico brasileiro avançasse na medida de olhar o melhor interesse desses menores, em ordem constitucional e infraconstitucional, abrangendo seus direitos fundamentais, como a vida, educação, saúde, alimentação e respeito³⁷.

Anteriormente, as crianças eram vistas como objetos sob intervenção de um adulto. Apenas por meio de um processo de redemocratização, com mobilização popular e o fim da ditadura militar, as crianças e adolescentes passaram a ser enxergados como seres com necessidade de proteção especial, consagrado por meio da Constituição Federal de 1988, que os direitos humanos ficaram em evidência³⁸.

³⁷ GONDIM, Viviane Coêlho de Séllos. A exploração do trabalho infantil e sua erradicação como uma questão de direitos humanos. In.: GUERRA, Sidney; EMERIQUE, Lilian Balmant (orgs.). **Direitos das Minorias e Grupos Vulneráveis**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008, pp. 129-160.

³⁸ MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e dos direitos humanos**. São Paulo: Manole, 2003.

Além disso, a pressão de órgãos internacionais, como a UNICEF, combinada com os movimentos intensos de militantes na área dos infantes, fez com que houvesse uma sensibilidade sobre a causa, para que a ruptura entre a situação irregular vigente, desse espaço para uma doutrina voltada para a proteção integral das crianças e adolescentes, como deveria ser³⁹.

De acordo com Martha Machado⁴⁰, a Carta Magna se apresenta como um mecanismo de proteção à criança no Brasil, reconhecendo-a como vulnerável, em desenvolvimento, com a necessidade de direitos especiais, o que pode ser elucidado pelos artigos 227, caput e 228 do referido código:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Esse dever é solidário entre os três entes citados, portanto, podem ser solicitados por qualquer criança, sem distinção, isso quer dizer que as crianças venezuelanas refugiadas que vêm para o país estão abarcadas por esse artigo e todos os outros da Carta Magna. Isso se estende às normas dos diplomas legais infraconstitucionais, que também irradiam nesses hipervulneráveis, incluindo o Estatuto da Criança e do Adolescente que será tratado adiante.

Como dito anteriormente, a Lei 9.494, definiu o conceito de refugiado no país e garantiu que esse status alcançasse o cônjuge, descendentes, ascendentes e demais familiares, quando tivessem dependência econômica comprovada e se localizem em território brasileiro.

Entretanto, no que tange as crianças refugiadas, essas não foram mencionadas nessa lei. Todos os princípios descritos na lei podem ser aplicados a esses indivíduos, mas não há nenhum artigo referente ao tratamento específico desse grupo, o que demonstra a lacuna existente em relação ao tratamento da criança refugiada.

³⁹ AMIN, Andréa Rodrigues. Dos Direitos Fundamentais. In.: MACIEL, Kátia R. F. Lobo Andrade (coord.). **Curso de direito da criança e adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, pp. 77-130.

⁴⁰ MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e dos direitos humanos**. São Paulo: Manole, 2003.

CAPÍTULO 2 - ESTADO BRASILEIRO COMO RESPONSÁVEL PELA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS REFUGIADAS VENEZUELANAS E O PROCEDIMENTO PARA A SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO NO PAÍS

À luz do exposto anteriormente, depreende-se que toda criança é vulnerável, visto que está em processo de desenvolvimento e é dependente. Nessa minoria, temos o recorte das crianças refugiadas desacompanhadas. Além de lidarem com a vulnerabilidade que lhes é inerente, enfrentam diversas situações que podem colocar em risco sua vida, segurança e bem-estar. Em 2012, o Brasil recebeu cerca de duas mil solicitações de pedido de refúgio, dentre elas, 14 solicitações eram de crianças que estavam sem representantes⁴¹.

Segundo dados da Defensoria Pública da União⁴², em um período de onze meses, entre agosto de 2019 e julho de 2019, cerca de 400 crianças atravessaram a fronteira do país totalmente desacompanhadas. Além disso, cerca de 1.500, chegaram desacompanhadas dos pais. O defensor público Thiago Parry conta sobre o trabalho na operação Acolhida e relata que:

São histórias tristes de pessoas que estão fugindo de um futuro tenebroso. Às vezes os pais são mortos, às vezes no fluxo migratório perdeu-se o contato entre os membros da família, outras vezes simplesmente a criança ou adolescente nunca teve contato com a família na Venezuela e continua na situação de vulnerabilidade quando chega no Brasil.⁴³

Dessa forma, com a crescente chegada de menores nessa situação, o presente capítulo busca mostrar a necessidade da tutela do Estado na proteção desse grupo de crianças hipervulneráveis que necessitam de uma proteção especial de direitos e acabam dependendo integralmente do Estado brasileiro.

2.1 A CRIANÇA REFUGIADA DESACOMPANHADA COMO SUJEITO DE DIREITOS E O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE

⁴¹ MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. **Direitos humanos e vulnerabilidade em políticas públicas: há políticas públicas para crianças refugiadas no Brasil?**. 1. ed. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017, pp. 243-273.

⁴² AGÊNCIA BRASIL. **Burocracia dificulta atendimento a crianças refugiadas desacompanhadas**. Disponível em: <http://agenciabrasil.abc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/burocracia-dificulta-atendimento-criancas-refugiadas>. Acesso em: agosto de 2022.

⁴³ *Ibid.*

Como dito anteriormente, os refugiados são um grupo em extrema vulnerabilidade. Entretanto, dentro desse grupo, existem diferentes graus de vulnerabilidade. O presente estudo foca em um desses grupos: as crianças refugiadas desacompanhadas.

2.1.1 A criança como sujeito de direitos

Apenas no fim do século XIX, no âmbito jurídico, os conceitos conservadores de infância e criança foram estabelecidos. Isso fez com que a criança recebesse um status de proteção especial, mas vinculado à visão dos adultos, mais especificamente, homens de meia-idade, um modelo em que havia uma certa cegueira em relação às crianças⁴⁴.

Já no século XX, o olhar aos menores era feito a partir da Criminologia, ou seja, da criminalização da criança. A mudança surgiu com a década de 60, os movimentos feministas que deram voz e contribuíram para a temática dando visibilidade e conceitualização.

Entretanto, a conceituação jurídica de infância, foi feita de duas formas distintas. A primeira, era atrelada a um modelo que inseria a criança como objeto que dependia de atenção e caridade, a segunda, inseria o menor como sujeito de direito, limitado em suas incapacidades. Segundo John Tobin, haviam três modelos: propriedade, bem-estar e a ótica baseada nos direitos.

No modelo baseado em propriedade, as crianças são subordinadas ao poder parental totalmente, por isso, não precisavam de uma legislação específica para tutelá-las. Na ótica do bem-estar, as crianças são inseridas como sujeitos imaturos e vulneráveis, não sendo capazes de se proteger. Por isso, os pais e, na falta deles o Estado, são responsáveis pela sua tutela, são titulares de seu melhor interesse. O terceiro, baseado nos direitos, perpetua a importância do melhor interesse da criança e a inserem como seres capazes de exprimir esse melhor interesse.

No Brasil, a doutrina da Proteção Integral, passou a compor o ordenamento jurídico, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, com o reconhecimento da necessidade da

⁴⁴ THERBORN, Goran. Child Politics: Dimensions and Perspectives. In: **Childhood**. SAGE Publications, Londres, Thousand Oaks and New Delhi, 1996, p. 29

proteção especial das crianças e dando direitos iguais aos conferidos aos adultos, tratando a criança, finalmente, como sujeito de direitos.

2.1.2 Crianças refugiadas desacompanhadas

A tarefa de definir uma solução jurídica para qualquer criança migrante é uma tarefa extremamente complexa, visto que há diversas raízes multidimensionais, devido as suas origens complicadas e fatores que levaram a ter esse status, como expulsão, perseguição e crise humanitária. Não obstante, dentro desse grupo vulnerável, o estudo feito aqui, se trata sobre as crianças refugiadas desacompanhadas.

Conforme a descrição do artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Crianças, esse indivíduo corresponde a todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, exceto nos locais que a maioridade é conquistada antes⁴⁵. O significado de “desacompanhada” está pautado naquelas que foram separadas de seus pais, ou por aqueles que por lei, seriam seus responsáveis legais.

Com o aumento de solicitações de refúgio por esse grupo em crescente número em diversas partes do mundo, como o próprio Brasil, conforme explicado anteriormente, é de suma importância que sejam merecedores de tutela específica, devido a sua particular situação de vulnerabilidade. A proteção dessas crianças precisa se pautar em dois princípios são eles: *non-refoulement* e o melhor interesse da criança.

2.1.3 Princípio do *non-refoulement* e do melhor interesse

O princípio do *non-refoulement*, ou não-devolução, é aquele em que um Estado não pode reenviar um solicitante de refúgio ou refugiado para lugar indeterminado onde sua segurança, liberdade ou vida possam ser colocadas em risco. Tal princípio está consagrado no artigo 33 da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951⁴⁶:

ARTIGO 33 - Proibição de expulsar e de repelir

⁴⁵ UNICEF. **A Convenção Sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.html. Acesso em 17 de agosto. de 2022.

⁴⁶ ACNUR. Convenção de 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencaode-1951/>.

1. Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou repelirá um refugiado, seja de que maneira for, para as fronteiras dos territórios onde a sua vida ou a sua liberdade sejam ameaçadas em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou opiniões políticas.

A aplicação desse princípio ultrapassa a categoria do Direito dos Refugiados, sendo também utilizado na proteção internacional da pessoa humana, possui um caráter imperativo, em relação às regras dos direitos de refugiados e direitos humanos⁴⁷. Esse preceito, inclusive, faz parte do Direito Internacional consuetudinário, é uma norma *jus cogens*, tendo em vista ser incorporada em diversos tratados internacionais.

No que concerne à ONU, o Comitê dos Direitos da Criança (CDC), sob a Convenção dos Direitos da Criança de 1999, fez um trabalho de suma importância para as crianças refugiadas desacompanhadas. No Comentário Geral número 6, interpretou a Convenção de forma a incluir o princípio da não-devolução, caso ocorrer risco à vida (Artigo 6º) em caso de retorno, tortura ou tratamento desumano e, em casos em que tenha risco de a criança ser convocada para participar das hostilidades. Foi reconhecido que os menores são, em sua maioria, discriminados e tem seus direitos fundamentais negados, como identificação, registo e guarda apropriados.

Nesse sentido, há o princípio do melhor interesse da criança. Foi consagrado pela Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, mas seu alcance foi ampliado pela Convenção de 1967, fazendo com que as crianças sejam respeitadas como indivíduos. Nas palavras de Guilherme Gama⁴⁸:

O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente representa importante mudança de eixo nas relações paterno-materno-filiais, em que o filho deixa de ser considerado objeto para ser alçado a sujeito de direito, ou seja, a pessoa humana merecedora de tutela do ordenamento jurídico, mas com absoluta prioridade comparativamente aos demais integrantes da família de que ele participa. Cuida-se, assim, de reparar um grave equívoco na história da civilização humana em que o menor era relegado a plano inferior, ao não titularizar ou exercer qualquer função na família e na sociedade, ao menos para o direito.

⁴⁷ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. El desarraigo como problema humanitario y de derechos humanos frente a la conciencia jurídica universal. In: **Derecho internacional humanitario y temas de áreas vinculadas**. Buenos Aires: Lexis Nexis Abeledo Perrot, Buenos Aires, 2003.

⁴⁸ GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Princípios Constitucionais de Direito de Família**: guarda compartilhada à luz da Lei 11.698/08, família, criança, adolescente e idoso. 1ª ed. São Paulo: Atlas. 2008.

Sem embargo, o interesse superior do menor sofre muitas críticas, tendo em vista que não há uma delimitação e, para muitos, é considerado um conceito jurídico vazio. Por muitas vezes, esse conceito é utilizado como justificativa de ações que, teoricamente, seriam para o melhor interesse da criança, porém na prática, não são. Principalmente no caso de crianças refugiadas, como por exemplo, a Espanha que repatriava menores desacompanhados para o Marrocos, mesmo sem avaliar sua solicitação de refúgio, alegando que seria melhor para a criança⁴⁹.

Cada caso concreto deve ser analisado com muita atenção, tendo em vista que a volta da criança para seu país de origem pode significar riscos à sua integridade física. Por isso, a repatriação como justificativa de melhor interesse não pode ser feita de forma automática. Nesse sentido, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH), também decidiu que a reagrupação familiar não representa a solução sempre para o interesse do menor, deve ser analisada cada situação⁵⁰.

Por isso, o termo deve descrever o bem-estar da criança. Esse bem-estar deve envolver características próprias de cada indivíduo, incluindo idade, maturidade, ausência dos pais e experiências do menor. No ordenamento jurídico brasileiro, esse princípio se mostra com seus próprios indicadores, devendo ao aplicá-lo considerar toda a sua base legal.

2.2 INSTRUMENTOS JURÍDICOS INTERNOS

Como dito anteriormente, o refugiado ou migrante está amparado pela Constituição Federal de 1988, ou seja, logicamente, esse princípio também é aplicado ao Estatuto da Criança e o Adolescente para proteção dos menores refugiados. Isso porque é um instrumento normativo especializado recepcionado pela Constituição, com isso, pode produzir efeitos jurídicos em determinados casos que puder ser utilizado.

Assim, compreende-se que essa lógica se estende aos outros diplomas legais infraconstitucionais. Porém, sempre ressaltando que os direitos fundamentais dos menores, são

⁴⁹ TROLLER, Simone. **En la trampa de la migración: Menores extranjeros no acompañados en Europa**. 2010. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/related_material/migration_sp.pdf.

⁵⁰ GONZÁLEZ, Santiago A. Barrantes. El derecho de los refugiados en la Unión Europea. Um análisis de la situación de las y los menores de edad no acompañados. In: **Documentos de Trabajo Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos** – Universidad de Alcalá, n. 106. 2018.

tratados como valores supremos da Carta Magna e essa é utilizada para a interpretação de todo ordenamento jurídico brasileiro, como veremos adiante⁵¹.

2.2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), houve uma mudança substancial no tratamento aos menores. Antes, vigorava o Código de Menores, a Lei nº 6.697/1979, que possuía um tratamento somente à criança que estivesse em situação irregular, as dividindo em duas categorias: situação irregular – tratados pelo Código de Menores – e regular – zelado pelo direito de família. Assim, era extremamente discriminatório, a situação irregular, em suma, se referia as crianças pobres que eram criminalizadas, onde o Estado cuidava dos menores os corrigindo⁵².

Esse cenário mudou totalmente com a Constituição Federal de 1988, que introduziu princípios citados anteriormente, com os artigos 227 e 228, reconhecendo as crianças como sujeito de direitos, com a adoção da teoria da proteção integral. Assim, os menores deixaram de ser objetos dos adultos, o que era o maior obstáculo para a sociedade e ordenamento jurídico⁵³.

Em 13 de julho de 1990, foi revogado expressamente o Código de Menores e promulgada a Lei nº 8.069, inserindo diversos programas e preceitos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. O Estatuto, se trata de norma especial e funciona como um sistema fundamental para a garantia dos direitos fundamentais das crianças, inclusive da sua proteção integral, extinguindo o antigo sistema da situação irregular.

Logo em seu início, define um conceito de suma importância para esse trabalho. Em seu segundo artigo, define as crianças como aquelas com até doze anos incompletos e os adolescentes aqueles entre doze e dezoito anos de idade. No presente trabalho, estamos

⁵¹ MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e dos direitos humanos**. São Paulo: Manole, 2003.

⁵² AMIN, Andréa Rodrigues. Dos Direitos Fundamentais. In.: MACIEL, Kátia R. F. Lobo Andrade (coord.). **Curso de direito da criança e adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, pp. 77-130.

⁵³ GONDIM, Viviane Coêlho de Séllos. A exploração do trabalho infantil e sua erradicação como uma questão de direitos humanos. In.: GUERRA, Sidney; EMERIQUE, Lilian Balmant (orgs.). **Direitos das Minorias e Grupos Vulneráveis**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008, pp. 129-160.

considerando a definição de crianças tida na Convenção sobre Direito das Crianças, tendo como todos os indivíduos com menos de dezoito anos.

Nos primeiros artigos do ECA, é ressaltada a importância da garantia dos direitos fundamentais à todos os menores, sem exceção, conforme os artigos transcritos a seguir:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, **sem discriminação de nascimento**, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É **dever** da família, da comunidade, da sociedade em geral e do **poder público** assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.⁵⁴ (grifos nossos)

A partir de ambos os artigos, depreende-se que o legislador deixou claro que o Estatuto foi criado para abranger todas as crianças, independente de raça e origem. Isto é, as crianças refugiadas estão amplamente amparadas. Entretanto, não há legislação específica dentro dessa lei que seja específica aos menores refugiados, principalmente, os desacompanhados.

No grupo de hipervulneráveis, crianças refugiadas desacompanhadas, ou seja, que atravessaram a fronteira sem responsáveis, a presença do Estado é fundamental como garantidor

⁵⁴ BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>.

dos direitos fundamentais desses. No artigo 19⁵⁵, sobre o direito de “ser criado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”, no caso dos menores supracitados, cabe ao Estado acolhe-los para que tenham um ambiente em que seu desenvolvimento seja assegurado, garantindo seu acesso à saúde, educação, lazer, entre outros.

Em relação à saúde, há um artigo específico no ECA, assegurando o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) à todas as crianças, sem discriminação. Inclusive assegura que os profissionais de saúde deverão ter uma formação específica para realizar esse atendimento, incluindo o psíquico.

Na questão da educação, o direito é garantido no artigo 54, tendo tido como obrigatório e gratuito. O Estado é inserido como responsável pelo oferecimento desse ensino e, no artigo 58, os valores artísticos e histórico de cada criança devem ser respeitados, o que é muito útil aos menores refugiados que têm uma cultura e valores diferentes.

Portanto, o ECA, sedimenta a teoria da proteção integral, seguindo os fundamentos da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e da Constituição Federal de 1988.

2.2.2 Lei 13.447/17

Com a Lei 13.445, de maio de 2017, mais conhecida como Nova Lei da Imigração, houve a substituição do Estatuto do Estrangeiro, com isso, várias mudanças significativas ocorreram no que tange ao acolhimento do imigrante no Brasil. Uma das mais significativas, foi a garantia de igualdade entre os nacionais e os migrantes na maioria dos casos, exceto em relação aos direitos políticos e cargos públicos⁵⁶.

Além disso, com a atualização da lei baseada em fundamentos mais democráticos com uma visão humanitária, pôs um fim no olhar do migrante como ameaça a segurança nacional e

⁵⁵ *Obid.*

⁵⁶ BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm

iniciou uma proteção baseada nos direitos humanos⁵⁷. Apesar de a Lei 9.474/97 tratar especificamente sobre os refugiados, a Lei de Migração pode ser aplicada ao tema também.

Dentre os maiores benefícios, essa lei trouxe a desburocratização da regularização do processo migratório, direito à associação, deu um fim à criminalização da imigração decorrente de situação irregular, dentre outros. Além disso, tem como objetivo garantir a acessibilidade aos serviços públicos para os migrantes até em situação irregular, mas não diz os mecanismos para que isso seja possível.

No que tange às crianças refugiadas, pode-se dizer que há um conflito entre normas especiais entre a Lei 13.447/17 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança é mencionada três vezes no texto da Lei de Migração. Primeiro, é mencionada no Capítulo I – Sessão II – Dos Princípios e Garantias, no artigo 3º, XVII, que garante uma política migratória para crianças e adolescentes, baseada na doutrina da proteção integral e do melhor interesse desses indivíduos. Também trata da hipótese de naturalização provisória em caso extraordinário. E, por último, sobre a possibilidade de entrada das crianças e adolescentes desacompanhados:

Art. 40. Poderá ser autorizada a admissão excepcional no País de pessoa que se encontre em uma das seguintes condições, desde que esteja de posse de documento de viagem válido:

V - seja criança ou adolescente desacompanhado de responsável legal e sem autorização expressa para viajar desacompanhado, **independentemente do documento de viagem que portar**, hipótese em que haverá imediato encaminhamento ao Conselho Tutelar ou, em caso de necessidade, a instituição indicada pela autoridade competente.⁵⁸ (grifos nossos)

Em relação ao conflito com o ECA, esse se dá pelo fato de mesmo fato ser valorado de formas distintas na lei. Por isso, há critérios para saber qual lei, em tese, deveria prevalecer. Em relação ao critério cronológico, a lei posterior prevalece a lei anterior, assim, a Lei de Migração prevaleceria, no que abarca as crianças e adolescentes. Em relação ao critério da especialidade ou hierárquico, ambas as leis são especiais e não há o que se falar em hierarquia em relação a elas. No caso concreto, a antinomia deverá ser suprida por meio da via interpretativa.

⁵⁷ JARDIM, Tarciso Dal Maso. A lei migratória e a inovação de paradigmas. In: ACNUR/IMDH. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 12, n. 12, p. 17-46, dez. 2017. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/wpcontent/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-12_Ref%C3%BAgioMigra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf. Acesso em 02 de jul. de 2022.

⁵⁸ BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm

À vista disso, ambas as leis deverão ser interpretadas e utilizadas ao critério do melhor interesse da criança. Como por exemplo, a entrada de crianças desacompanhadas no país, ao aplicar apenas o ECA, a entrada do migrante menor de idade não poderia ser uma hipótese, o que seria limitar o direito dessa criança. Ao aplicar a Lei de Migração isso vira um direito, mas em relação ao restante da Lei, com não há nenhuma outra especificidade a esse grupo, cabe a aplicação do ECA.

Entretanto, há uma problemática em relação ao artigo 40, inciso V, supracitado. A ação de entrada e estadia de um migrante no território nacional depende da arbitrariedade do Estado, ele que tem o poder de escolha de aceitar alguém ou não em seu país. Da leitura do referido artigo, depreende-se que o ingresso do menor está vinculado apenas a decisão do agente migratório, o que poderia confrontar o princípio da proteção integral garantido pela Constituição Federal de 1988, caso negada.

2.2.3 Opinião Consultiva n. 21/2014 da Corte Interamericana de Direitos Humanos

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é um órgão judicial autônomo, tendo a sede na Costa Rica, com objetivo de interpretar a Convenção Americana de Direitos Humanos e outros tratados. Além disso, é utilizada como instrumento para impedir violações a direitos humanos e responder a determinadas dúvidas interpretativas e aplicação de dispositivos referentes aos direitos humanos.

Nesse sentido, a Opinião Consultiva n. 21/2014, surge a pedido do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai para a análise dos direitos das crianças em situação de refúgio, em um contexto em que, segundo o próprio parecer, 6.817.466 dos migrantes nas Américas, eram menores de 19 anos. Com isso, os países pediram orientações sobre temas como:

[1.] Quais são, à luz dos artigos 1, 2, 5, 7, 8, 19, 22.7, e 25 da Convenção Americana e dos artigos 1, 25 e 27 da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, os **procedimentos que deveriam [ser adotados] a fim de identificar os diferentes riscos para os direitos de meninos e meninas migrantes**; determinar as necessidades de proteção internacional; e adotar, se for o caso, as medidas de proteção especial que se requeiram?

[...]

[3.] Como se deve interpretar, à luz dos artigos 1, 7, 8, 19 e 29 da Convenção Americana e do artigo 25 da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, o princípio de ultima ratio da detenção como medida cautelar no âmbito de procedimento migratório quando estão envolvidos meninos e meninas que se encontram junto a seus pais, e quando estão envolvidos meninos/as **não acompanhados ou separados de seus pais?**

[...]

[8.] Que características, à **luz do artigo 22.7** da Convenção Americana e [d]o artigo 27 da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, deveriam ter os procedimentos a serem empregados quando se identifica um potencial **pedido de asilo ou de reconhecimento da condição de refugiado** de um menino/a migrante?⁵⁹ (grifos nossos)

À luz do exposto, é importante perceber que as questões são a respeito da aplicação das medidas de proteção internacional para as crianças, como garantir o devido processo legal e a aplicação do instituto de refúgio aos menores não acompanhados. No entanto, apesar do pedido do parecer consultivo, uma parte da doutrina entende que não tenha caráter vinculante, apesar de produzir efeitos jurídicos que não se pode negar.

Assim, a Opinião Consultiva insere o direito do pedido de refúgio como algo inerente à condição humana, todas os indivíduos têm esse direito e legitimidade para fazer a solicitação em seu próprio nome, mesmo estando acompanhada de responsável legal. Além disso, levanta o fato de que cada caso deve ser analisado de forma peculiar, principalmente no caso das meninas, considerando que podem ser vítimas de tráfico. Essa posição reitera a Declaração de Cartagena que abrange a violação geral de direitos humanos como motivos de pedido de solicitação de refúgio.

Nesse sentido, a Corte colocou o Estado no papel de identificar as necessidades de proteção de cada criança, sendo primordial que autorize a entrada desses menores não acompanhados, mesmo sem documentação, criando o registro das crianças. Ademais, para que o princípio do melhor interesse da criança seja cumprido, seu direito de ser ouvido desse ser cumprido para que suas necessidades urgentes possam ser atendidas e a análise do status de refugiado também.

⁵⁹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Parecer Consultivo OC-21/14:** Direitos e garantias de crianças no contexto da migração e/ou em necessidade de proteção internacional, de 19 de agosto de 2014, par. 2. Disponível em: www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_21_por.pdf.

Cabe ao Estado indicar a idade da criança, se realmente está desacompanhada, nacionalidade, motivação da saída de seu país natal e o motivo pelo qual está sozinha. Devem também analisar se a criança está em risco, se estão em alguma situação excepcional, como de tráfico, bem como se possuem alguma doença.

Sobre seus direitos, é assegurado o acesso à justiça e a representação jurídica sem custos e especializada. Deve ter um tutor também, apenas com a nomeação de um tutor, os processos judiciais ou administrativos poderão iniciar. Tendo em vista que é assegurado o direito de solicitar o refúgio em nome próprio, essa decisão de o processo iniciar apenas com um tutor, chega a ser contraditória.

Por fim, a Corte reitera a importância do princípio do *non-refoulement*, já explicado anteriormente. Insere o compromisso do Estado para a permanência da criança em seu território e sua obrigatoriedade em assegurar seus direitos fundamentais e sua proteção.

2.2.4 Resolução Conjunta nº 1/2017

Como dito anteriormente, com a crise humanitária enfrentada pela Venezuela, os números de crianças refugiadas desacompanhadas solicitantes de refúgio aumentou muito. Isso fez com que os instrumentos legislativos continuassem evoluindo para atender ao novo cenário, em 2018, a Lei de Migração reconheceu a vulnerabilidade dos menores para que tenham proteção especial.

Diante dessa conjuntura, a Resolução Conjunta nº 1/2017 foi editada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e Defensoria Pública da União (DPU), pretendendo tutelar a condição das crianças e adolescentes desacompanhados que atravessam a fronteira do país estabelecendo procedimentos, princípios e dando outras providências. Logo em seu primeiro artigo faz uma definição de suma importância definindo o conceito de criança desacompanhada:

Art. 1º As disposições desta Resolução aplicam-se à criança e adolescente de outras nacionalidades ou apátridas, que se encontrem desacompanhados ou separados **em ponto de fronteira**.

§ 1º Para os fins desta Resolução, considera-se:

I - Criança ou adolescente desacompanhado: aquele que não possui nenhuma pessoa adulta acompanhando-lhe no seu ingresso em território nacional;⁶⁰ (grifos nosso)

Vale observar, que a resolução funciona para as crianças e adolescentes que estiverem em pontos de fronteira, não se aplicando aos adolescentes que continuam o caminho até a capital, devido a diversos motivos, como por exemplo, a demora no processo de solicitação ou a falta de informação. Ou seja, os outros menores desacompanhados, fora da zona de fronteira não serão abarcados pela resolução.

Além disso, cria procedimentos de identificação preliminar, proteção e amparo para crianças e adolescentes desacompanhados. Em seu artigo 3º, assegura a doutrina do melhor interesse para os menores; no artigo 4º, garante que não haverá a retirada compulsória da criança que tenham sua liberdade ameaçada, o princípio do *non-refoulement* deve ser observado; o artigo 6º, assevera o direito à informação sobre os procedimentos tomados em relação a ele; o artigo 8º, garante que esse grupo de hipervulneráveis deve ser atendido em língua que ele entenda; o artigo 9º, diz que os processos devem ser acompanhados em observação aos princípios da dignidade humana e dignidade. Podemos observar que são procedimentos e princípios semelhantes ao da Opinião Consultiva n. 21/2014.

Quanto ao direito de representação para as crianças e adolescentes não acompanhadas, de acordo com a Resolução Conjunta nº 1/2017, no ordenamento jurídico brasileiro, cabe a Defensoria Pública da União o de representar essas crianças. Isso quer dizer que o defensor público da união tem a função, segundo o artigo 12º e 16º de:

Art. 12 A Defensoria Pública da União será **responsável pelos pedidos de regularização migratória, solicitação de documentos e demais atos de proteção**, como o preenchimento de "Formulário para análise de proteção" (ANEXO I), bem como **acompanhar** a criança e adolescente desacompanhados ou separados nos procedimentos subsequentes à sua identificação preliminar.

[...]

Art. 16 O Defensor Público da União terá **competência** também para representar, para fins de apresentação de **pedidos de regularização migratória, solicitação de documentos e demais atos de proteção e garantia de direitos, as crianças e adolescentes desacompanhados ou separados que se encontrarem em território**

⁶⁰BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Comitê Nacional para os Refugiados; Conselho Nacional de Imigração; Defensoria Pública da União. Resolução Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017. Estabelece procedimentos de identificação preliminar, atenção e proteção para criança e adolescente desacompanhados ou separados, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2017.

de jurisdição brasileira, aplicando-se para essas hipóteses, no que couber, os termos desta Resolução.⁶¹ (grifos nossos)

Com a compreensão desses artigos, depreende-se que cabe a Defensoria Pública da União garantir direitos fundamentais como o acesso gratuito à justiça. Ademais, tem como função a de realizar entrevistas de forma singular para cada criança, para que fosse feita uma avaliação se deveria voltar à convivência familiar, se está em situação de tráfico humano ou se deve ser considerado refugiado. O artigo 14^{o62}, prevê que o defensor atuante deve ser especializado na área de direitos humanos e da criança e do adolescente.

Cabe ressaltar a importância do artigo 9º que diz que deve ser utilizado o benefício da dúvida caso uma criança cruzar a fronteira com indícios de estar desacompanhada e, caso não haja uma forma de descobrir sua idade e outras informações, a criança deve ser abarcada pelas providências previstas nessa Resolução.

A conclusão que podemos ter é que a Resolução confere uma proteção integral para a criança, tendo um olhar para os motivos os quais fizeram que uma criança cruzasse a fronteira sozinha. O contexto venezuelano fez com que o Brasil reconhecesse a urgência de proteger esse grupo devido a grave crise humanitária que esse país enfrenta, fazendo com que fosse necessária a identificação do status de refugiado a esses vulneráveis. Tal contexto é refletido no aumento de pedidos de refúgio que cresceu cerca de 2.868 por cento de 2010 a 2019.⁶³

2.3 PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO NO BRASIL

O CONARE, é o órgão formado por membros do Ministério da Justiça, das Relações Exteriores, do Trabalho, Saúde, Educação, do Departamento da Polícia Federal e organizações da sociedade civil, além de ser vinculado ao primeiro Ministério mencionado. A Defensoria Pública da União e o ACNUR, possuem direito à voz, porém não tem voto (ACNUR, 2010).

A seguir serão indicados os requisitos para que se possa solicitar refúgio no Brasil. Mas, cabe elucidar que são garantidos dois direitos fundamentais para que sua segurança seja

⁶¹ *Ibid.*

⁶² *Ibid.*

⁶³ MONT'ALVERNE, Tarin Cristino Frota. **Notas de aula da disciplina:** Jean Monnet Module - Solidarity in EU Law. Solidarity and Migrations in Latin America: the case of Brasil. 2021.

efetivada: a retirada da condição de suposta ilegalidade de sua entrada no país para que possa exercer seu direito de solicitar o instituto do refúgio e a proibição de deportar taxativamente o indivíduo que deseja ter seu status de refugiado reconhecido, conforme o princípio do *non-refoulement*.

Sobre esse último princípio, cabe elucidar o comentário feito por André de Carvalho Ramos⁶⁴, em que afirma que o direito elementar do refugiado consiste em buscar o refúgio, portanto, o Estado escolhido deve acolhê-lo temporariamente até analisar seu pedido. Como dito anteriormente, o agente federal não pode por suas convicções pessoais decidir se um indivíduo reúne as características de alguém que necessita de refúgio.

2.3.1 Solicitação de refúgio para os adultos

De início, devemos ressaltar determinadas informações relevantes no que concerne os refugiados. A primeira, é que a solicitação da condição de refugiado somente pode ser solicitada dentro do território brasileiro ou na fronteira; a segunda, é que não pode haver o compartilhamento de informações prestadas pelo solicitante de refúgio as autoridades de seu país natal; a terceira, refere-se ao fato do processo ser gratuito e a entrada não regular no território não enseja no impedimento a possibilidade de solicitar refúgio; a quarta, é que o pedido pode ser acompanhado com organizações parceiras do ACNUR e em postos da Polícia Federal⁶⁵.

Para entrar com o pedido de solicitação de refúgio alguns procedimentos devem ser feitos. Primeiro, é necessário o preenchimento de um termo de solicitação de refúgio em qualquer posto da Polícia Federal, com as seguintes informações: onde pode ser encontrado, e-mail, telefone de contato, escolaridade, experiências profissionais, dados referentes a viagem realizada, informações acerca dos familiares que ainda estão no país natal ou os que o acompanham, conforme os artigos 9º, 18º e 19º da Lei nº 9.474/97. Essas informações devem ser atualizadas de modo que todas as citações devias possam a ser feitas pelo CONARE.

⁶⁴ RAMOS, André de Carvalho. O princípio non-refoulement no direito dos refugiados: do ingresso à extradição. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 892, n. 99, p. 347-376, fev. 2010.

⁶⁵ BARRETO, Luís Paulo Teles Ferreira (organizador). Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. 1ª Ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

A Polícia Federal, após esse preenchimento, um protocolo provisório deverá ser entregue e, será válido por um ano e deverá ser renovado enquanto aguarda a decisão do CONARE sobre o pedido, sob pena de arquivamento do pedido. A importância desse protocolo é de que funciona como o documento de identidade do solicitante de refúgio no Brasil, conforme o artigo 21, caput da Lei 9.474/97. Além disso, esse documento é estendido ao seu grupo familiar.

Assim, com a regularidade da condição migratória, é possível ter a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), além de acesso a todos os serviços públicos do país disponíveis. A CTPS é o documento necessário para que o indivíduo maior de 14 anos, estrangeiro ou nacional, possa ser contratado.

Depois dessa etapa, o solicitante de refúgio é enviado aos Centros Acolhida aos Refugiados dos Convênios Cáritas, onde terão apoio e um grupo de advogados para auxiliá-los e um parecer de elegibilidade será feito e a posição dessa organização será definida em relação àquele indivíduo e sua solicitação⁶⁶.

Após isso, o solicitante de refúgio terá o direito de ser entrevistado por um empregado do CONARE ou da Defensoria Pública da União, que questionará os motivos os quais levassem seu deslocamento. Inclusive, a entrevista deve ser feita em um idioma que o solicitante entenda, conforme o artigo 12 da Lei 9.474/97.

Em seguida, todas as documentações e informações recolhidas pelo solicitante de refúgio, serão analisadas pelo CONARE, que terão o poder decisor se o migrante deverá ser reconhecido como refugiado. Com a decisão, o indivíduo será avisado sobre a deliberação nos postos da Polícia Federal, tendo o direito de ter a cópia da decisão que deferiu ou indeferiu seu pedido e saber as razões que levaram ao CONARE tal conclusão.

Caso o pedido seja deferido, o refugiado reconhecido tem direito de permanecer no território brasileiro e ter o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), o que seria a identidade

⁶⁶ JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de. Apresentação. In: JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de (orgs.). **Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97**. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017, p. 9-11.

dos estrangeiros do país. Essa emissão é feita pela Polícia Federal e terá o direito a Carteira de Trabalho definitiva.

Caso o pedido seja negado, poderá apresentar recurso em 15 dias ao Ministro de Justiça, contados a partir de sua citação. O recurso deve ser fundamentado e explicado com detalhes, além disso, poderá ter assistência pela Defensoria Pública da União ou organizações parceiras do ACNUR. Não se pode recorrer dessa decisão, conforme o artigo 29 e 31 da Lei 9.474/97.

2.4 A SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO PARA CRIANÇAS DESACOMPANHADAS

Em relação as crianças desacompanhadas, os desafios para a solicitação de refúgio começam logo na instauração do processo. Ao chegar em território brasileiro, se deparam com as complicações das burocracias criadas para a solicitação de refugio, pois não podem acessar o procedimento por si próprias devido ao fato de não terem capacidade plena, segundo o Código Civil brasileiro.

Em tese, isso é feito com o objetivo de proteger as crianças vítimas de tráfico e exploração, assim, com a designação da guarda será feito um estudo aprofundado para evitar que a criança seja vítima dessas circunstâncias supracitadas. Afirma Larissa Leite⁶⁷ sobre o tema que apesar de a capacidade jurídica ser um tema geral do Direito, ela não pode ser usada como justificativa para negar o acesso aos mecanismos encarregados de asseverar a proteção desses menores nessa condição. O reflexo disso é o de as crianças permanecerem indocumentadas até que seja designado algum tutor para elas, as inserindo em uma situação de maior vulnerabilidade.

Entretanto, conforme dito anteriormente, nos termos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, para ser feita a solicitação de refúgio a única exigência é a da presença física no território onde se deseja pedir o status de refugiado para dê início ao processo de pedido de refúgio.

⁶⁷ LEITE, Larissa. **O devido processo legal para refúgio no Brasil**. 2014. 362 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Em virtude dessa lacuna legislativa, o CONARE criou a Resolução Conjunta nº 1/2017 mencionada anteriormente, criando procedimentos para assegurar a proteção dessas crianças. Antes disso, as crianças permaneciam em um limbo das solicitações, não eram tratados como sujeitos singulares de direito. Esses procedimentos mencionados iniciam logo na fronteira, cabe ao agente federal no controle migratório a função de identificação preliminar da criança ou adolescente desacompanhado, nos termos do artigo 9º da Resolução supracitada:

Art. 9º A autoridade de fronteira, no momento do controle migratório, que receber a criança ou adolescente com indícios de estar desacompanhado ou separado, deverá:

- I - registrar a ocorrência;
- II - realizar identificação biográfica preliminar que compreenderá o nome, gênero, data de nascimento, filiação e nacionalidade, extraídos dos documentos que a criança ou adolescente portar ou mediante declaração;
- III - realizar a identificação biométrica para fins de consulta a órgãos internacionais de investigação criminal e a bancos de dados visando localização dos responsáveis legais;
- IV - proceder ao registro de entrada no controle migratório;
- V - notificar a Defensoria Pública da União;
- VI - notificar representação do Conselho Tutelar para adoção das medidas protetivas cabíveis; e
- VII - notificar o Juízo e a Promotoria da Infância e Juventude.

§ 3º Deverão ser envidados esforços para preservação dos vínculos de parentesco ou afinidade entre crianças e adolescentes desacompanhados ou separados, em especial no processo de acolhimento institucional ou familiar.⁶⁸

A primeira entrevista deverá ser feita por algum membro da Defensoria Pública, que precisa verificar a condição de hipervulnerabilidade da criança, a necessidade específica de cada menor, considerar as situações específicas que pode ter sofrido, como tráfico, exploração sexual, situação análoga a escravidão, entre outros. Esses funcionários devem ser especializados no tratamento dessas crianças, conforme o artigo 8º da Resolução nº 01/2017.

Em resumo, o procedimento utilizado para a solicitação de refúgio de menores tem sido: cabe ao agente da Polícia Federal, ao perceber uma criança nessa situação, o encaminhamento para atendimento nas Cáritas – organização sem fins lucrativos criada pela Igreja Católica com objetivo de atender as pessoas necessitadas, com parceria com a ACNUR- onde os voluntários dão início ao processo de tutela provisória do menor, e, por conseguinte, o tutor designado

⁶⁸ BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Comitê Nacional para os Refugiados; Conselho Nacional de Imigração; Defensoria Pública da União. Resolução Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017. Estabelece procedimentos de identificação preliminar, atenção e proteção para criança e adolescente desacompanhados ou separados, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2017.

poderá da início a solicitação de refúgio. Devido ao fato de o processo judicial da guarda ser lento, passam-se meses até que a criança possa ser regularizada⁶⁹.

A primeira consequência, é o fato do menor continuar indocumentado, tendo em vista que o documento de regularização somente será emitido pela Polícia Federal com o protocolo provisório do pedido de refúgio, prejudicando o melhor interesse da criança. Nesse sentido, Caetano sustenta que:

somente após a concessão do pedido de Refúgio é concedido o devido documento de identificação. O longo processo burocrático não consegue responder de forma eficaz às imediatas exigências da criança e do adolescente refugiados. Privados de seus direitos fundamentais – como identidade, saúde e educação –, eles se encontram ao relento de todos os diplomas e dispositivos, constitucionais e ordinários, que lhes dizem respeito⁷⁰

A Resolução nº 01/2017, por meio do artigo 16º, tentou resolver essa lacuna normativa dando a função para o Defensor Público da União de representar “os pedidos de regularização migratória, solicitação de documentos e demais atos de proteção e garantias de direito, às crianças e adolescentes desacompanhadas”⁷¹, mas ainda não é o suficiente para defender efetivamente os direitos dessas crianças. Tal fato pode ser explicado por meio da insuficiência de políticas públicas destinadas à proteção integral desse grupo, o que pode ser um reflexo da omissão legislativa.

⁶⁹ FURQUIM, Angélica. **Na encruzilhada entre migração, direitos humanos, inconsistências e ambivalências**: uma análise da proteção internacional a partir da identificação da categoria de crianças migrantes separadas e desacompanhadas. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, 2019. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/1884/63208>. Acesso em: out. 2022.

⁷⁰ CAETANO, I. F. A Criança e o Adolescente Refugiados. Direitos Fundamentais. **Série Aperfeiçoamento de Magistrados**. Rio de Janeiro, n. 11, mar. 2012. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeiçoamentodemagistrados/paginas/series/11/normatividadejuridica_92.pdf. Acesso em: outubro 2022.

⁷¹ BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Comitê Nacional para os Refugiados; Conselho Nacional de Imigração; Defensoria Pública da União. Resolução Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017. Estabelece procedimentos de identificação preliminar, atenção e proteção para criança e adolescente desacompanhados ou separados, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2017.

CAPÍTULO 3 - DIFICULDADES E BARREIRAS PARA A REGULARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS REFUGIADAS DESACOMPANHADAS

Após explicitar o papel do Estado Brasileiro na busca de garantia dos direitos fundamentais a esse grupo de vulneráveis, esse capítulo explana sobre as dificuldades enfrentadas para a consolidação desses direitos efetivamente. Há uma grande diferença entre o reconhecimento desses direitos e o plano prático.

Segundo dados do CONARE⁷², em 2021, cerca de 3.086 pessoas foram reconhecidas como refugiadas no Brasil. Dentre esse número, 77,03% foram pedidos de migrantes vindos da Venezuela. Nesse grupo de venezuelanos, cerca de 2.090 eram menores de 17 anos de idade. Devido a isso, deve ser analisado como o país tem agido para assegurar que essas crianças tenham o mesmo acesso aos serviços públicos e direitos básicos que uma criança brasileira, conforme o princípio da não discriminação defendido pela Carta Magna e pelo ECA.

São vários os desafios apresentados ao Estado brasileiro para defender os direitos humanos das crianças refugiadas venezuelanas, sobretudo as desacompanhadas, abrangendo muitos fatores. Portanto, seria impossível esgotar todos esses motivos no presente trabalho, mas serão destacados os empassem principais a serem enfrentados para que aqueles direitos fundamentais desses menores possam ser protegidos através de uma política pública baseada no acolhimento em nosso território.

3.1 LACUNAS JURÍDICAS EM RELAÇÃO AS CRIANÇAS REFUGIADAS

Em que pese as diversas legislações e resoluções que abrangem as crianças refugiadas, como o ECA e a Constituição Federal de 1988, Resolução nº 01/2017 e os tratados internacionais incorporados pelo Estado brasileiro, o primeiro desafio é verificar se esses avanços institucionais na proteção desse grupo são suficientes para assegurar o acolhimento e o melhor interesse delas.

⁷² ACNUR. **Painel interativo de decisões sobre refúgio no Brasil. 2022.** Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNlN2ZkNjZmMWVlIiwidCI6ImU1YzZmOTgxLTY2NjQtNDZlNC04YTBlLTk1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9&pageName=ReportSection>.

Na Lei nº 9.474/97 foram definidos mecanismos a partir do Estatuto dos Refugiados e outros instrumentos internos para o acolhimento do refugiado e a criação do CONARE, como dito anteriormente. Com isso, as funções exclusivas do Estado, foram distribuídas a membros da sociedade civil, empresas e outras organizações. Isso reflete no fato de que para que haja uma efetiva proteção dos refugiados, deve-se alcançar seus direitos econômicos, culturais, sociais⁷³.

Conforme explicado anteriormente, apenas com a Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989, as crianças se tornaram sujeitos de direitos no direito internacional, transferindo a responsabilidade pelo cuidado e infância ao Estado e não somente a família. Logo no artigo 2º da referida Convenção, os Estados são obrigados a assegurar os direitos desses menores e protege-las de qualquer tipo de discriminação, sem distinção de origem, raça, etnia, sexo e status migratório. Em seu terceiro artigo, estabelece que o melhor interesse da criança deve ser considerado em todas as decisões atinentes a ela.

Não é exigido que a criança tenha saber profundo sobre o assunto que lhe concerne, mas possua uma compreensão sobre para que possa expressar sua vontade sobre tal cenário⁷⁴. Nesse sentido, é garantido o direito da criança participar de um processo administrativo ou judicial que figure como parte, devendo sua opinião ser considerada, para que seja assegurado que seu melhor interesse será respeitado, como no caso da solicitação de refúgio.

Entretanto, no tocante ao procedimento para solicitação de refúgio, quando a criança passa a ser vista como migrante ou refugiada, são vistas as lacunas dos dispositivos legais e elas passam a ser expostas, devido ao fato das políticas excludentes do Estado versus os deveres de proteção convergirem⁷⁵. O artigo 22 da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)⁷⁶, prevê que:

1. Os Estados Partes adotarão medidas pertinentes para assegurar que a criança que tente obter a condição de refugiada, ou que seja considerada como refugiada

⁷³ PIOVESAN, F. Poder judiciário e os direitos humanos. *Revista USP*, [S. l.], n. 101, p. 99-112, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i101p99-112. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/87817>. Acesso em: nov. 2022.

⁷⁴ PARKES, A. *Children and International Human Rights Law: The Right of the Child to be Heard*. Nova Iorque: Routledge, 2013.

⁷⁵ BHABHA, J. *Child Migration & Human Rights in a Global Age*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

⁷⁶ UNICEF. *A Convenção Sobre os Direitos da Criança*. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.html. Acesso em 17 de agosto. de 2022.

de acordo com o direito e os procedimentos internacionais ou internos aplicáveis, receba, **tanto no caso de estar sozinha** como acompanhada por seus pais ou por qualquer outra pessoa, a proteção e a assistência humanitária adequadas a fim de que possa usufruir dos direitos enunciados na presente convenção e em outros instrumentos internacionais de direitos humanos ou de caráter humanitário dos quais os citados Estados sejam parte.

2. Para tanto, os **Estados Partes cooperarão, da maneira como julgarem apropriada, com todos os esforços das Nações Unidas e demais organizações intergovernamentais competentes, ou organizações não-governamentais que cooperem com as Nações Unidas, no sentido de proteger e ajudar a criança refugiada**, e de localizar seus pais ou outros membros de sua família a fim de obter informações necessárias que permitam sua reunião com a família. Quando não for possível localizar nenhum dos pais ou membros da família, **será concedida à criança a mesma proteção outorgada a qualquer outra criança privada permanente ou temporariamente de seu ambiente familiar**, seja qual for o motivo, conforme o estabelecido na presente convenção. (grifos nossos)

Embora a garantia do direito à proteção esteja prevista e incorporada no ordenamento jurídico brasileiro, os meios para assegurar essa proteção devem ser melhorados. O desenvolvimento dos processos de solicitação de refúgio deve atender a particularidade de cada criança, as assimetrias de poder das adversidades encontradas durante os processos devem ser consideradas. Além disso, o tratamento deve ser diferenciado, visto que interrogatório logos e intensos podem ser traumáticos para os menores.

No tocante ao processo de solicitação de refúgio para os menores, a complexidade inicia no recebimento na fronteira pela Polícia Federal. Esse órgão dará um tratamento aos refugiados como se fossem questões atinentes à segurança nacional do país e não uma situação humanitária, onde as pessoas estão necessitando de proteção internacional⁷⁷.

Outra lacuna é percebida ao verificar que a Lei do Refúgio brasileira, em nenhum momento, faz menção à criança, o que pode ser verificado como um reflexo da falta de proteção jurídica destinada a esse grupo especificamente pelas autoridades migratórias e entidades governamentais de como lidar com essas. No caso das crianças acompanhadas, essas são condicionadas aos processos de regularização de sua família para que tenham acesso aos serviços públicos, como escola, saúde, são tratadas um apêndice de seus responsáveis.

No caso das crianças desacompanhadas, como dito anteriormente, a complexidade é ainda maior. Nas palavras de Isabel Cantinho⁷⁸:

⁷⁷ CANTINHO, Isabel. Crianças-Migrantes no Brasil: vozes silenciadas e sujeitos desprotegidos. **O social em questão**, v. 21, n. 41, p. 155-176, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264297007/552264297007.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

⁷⁸ *Ibid.*

As circunstâncias de crianças desacompanhadas chega a atingir um nível maior de complexidade, na medida em que não só o formulário/questionário de solicitação de refúgio não prevê a situação de crianças desacompanhadas; como é claro um despreparo na atuação das autoridades migratórias pautada no foco na unidade familiar tradicional para dar seguimento à solicitação. O próprio ACNUR tem uma posição crítica ao despreparo da Polícia Federal, afirmando que nos últimos anos a mesma tem recusado esse pedido [de refúgio] por essas crianças, que exige um documento comprovando o parentesco ou a guarda deferida por um juiz. Só que esse processo judicial demora. Enquanto isso, a criança não tem documento, ela é invisível para o Estado brasileiro.

Essa invisibilidade da criança faz com que ela não tenha acesso realmente aos serviços e direitos que lhe são assegurados por estarem indocumentadas e precisarem de um tutor para a entrada do pedido de solicitação de refúgio.

Foi realizado um estudo por Furquim⁷⁹, com dois casos de solicitação de refúgio por duas crianças desacompanhadas, em que a Defensoria Pública da União precisou impetrar dois mandados de segurança em desfavor da autoridade coatora da Polícia Federal, devido ao fato de essa ter negado processar os pedidos de refúgio dos dois menores. Com isso, os menores permaneceram indocumentados, o que contradiz as legislações internacionais e nacionais de proteção aos direitos desses indivíduos.

A burocratização para que esses indivíduos consigam documentos é um dos maiores desafios para as crianças desacompanhadas que desejam ter o status de refugiados no país. Segundo Severo⁸⁰, esse paradoxo se pauta no fato de que ao conceder o protocolo de solicitação de refúgio, não há impedimento para formalizar a representação legal. Entende que exigir a representação legal na entrada do menor contradiz o princípio da não-devolução, pois o insere numa situação de irregularidade.

A falta de documentação insere a criança em uma instabilidade desnecessária, visto que a criança sem identificação não consegue se inserir no Cadastro Único do Governo Federal e o

⁷⁹ FURQUIM, Angélica. **Na encruzilhada entre migração, direitos humanos, inconsistências e ambivalências: uma análise da proteção internacional a partir da identificação da categoria de crianças migrantes separadas e desacompanhadas**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, 2019. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/1884/63208>. Acesso em: out. 2022.

⁸⁰ SEVERO, F. G. O procedimento de solicitação de refúgio no Brasil à luz da proteção internacional dos Direitos Humanos. **Revista da Defensoria Pública da União**, n. 8, p. 33-56, Brasília, 2015. Disponível em: http://www.dpu.def.br/images/stories/escola_superior/arquivos/Revista/revista-8/artigo2_-_fabiana-galera-severo.pdf. Acesso em: jan. 2018.

acesso a outros serviços. A Lei dos Refugiados garante o acesso aqueles que estão documentados, mas não diz sobre aqueles que não estão.

No entanto, a nova Lei de Imigração, que teve como data de início para vigorar em 24 de maio de 2017, sugere todos devem ter acesso aos serviços públicos independente da situação migratória, seguindo a linha das leis que protegem os direitos das crianças e sua infância. Isso faz com que haja uma crença que a falta de documento não poderá ser um empecilho ao acesso aos serviços públicos, a expectativa é de que o atendimento seja feito de forma imediata. Mas, a questão do Cadastro Único permanece mesmo com a Lei 13.445/17.

As crianças e adolescentes são mencionados na lei supracitada no artigo 3º, inciso XVII, em que é dito que a política brasileira migratória é pautada nos princípios da “proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante”, mas a lei deixa lacunas por não estabelecer as formas de efetivar esse direito concedido.

A menção expressa de crianças desacompanhadas por essa lei é feita apenas no artigo 40, inciso V, ao falar sobre a entrada desse grupo sem autorização expressa para viajar desacompanhado e sem responsável legal. Cabe a Polícia Federal ao verificar que há um indivíduo nessa condição autorizar sua entrada, independente da falta de documentação e encaminhar essa criança para o Conselho Tutelas ou instituição previamente indicada pela autoridade, como mencionado anteriormente⁸¹.

Com a Resolução Conjunta nº 01/2017, foi atribuído a Defensoria Pública da União o papel de responsável pelos processos administrativos das crianças desacompanhadas e dá prioridade a esses processos, em tese, houve um grande avanço. Isso porque não seria mais preciso que a exigência da Polícia Federal de formalização de representação processual para a concessão do protocolo de solicitação de refúgio.

Além disso, a resolução adiciona a necessidade de notificar a Defensoria Pública, ao Juízo e a Promotoria da Infância e Juventude quando houver algum indício de criança desacompanhada atravessando a fronteira pela autoridade migratória.

⁸¹ LEITE, Larissa. **O devido processo legal para refúgio no Brasil**. 2014. 362 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

As lacunas encontradas na lei foram percorridas no presente tópico, a seguir veremos a dificuldade do acesso aos serviços públicos por esse grupo em virtude da burocracia estatal ou da precariedade da assistência pública⁸². Para que as crianças sejam efetivamente protegidas e tenham suas garantias atendidas, deve-se promover uma integração desses indivíduos, respeitando seus direitos assegurados pelas leis mencionadas.

Vimos que há um avanço no processo institucional na proteção desse grupo de refugiados. Porém, não há uma garantia que o processo de acolhimento das crianças vá atender o melhor interesse delas. O direito de representação pela Defensoria Pública não certifica o bem-estar desses menores nos abrigos que foram alocadas ou um acompanhamento psicológico para sanar as cicatrizes que a travessia de seu país natal para o território brasileiro deixou. Apesar de haver um escopo jurídico, ainda que insuficiente para efetivação de direitos, ao lado dessas crianças, o tempo entre a solicitação de refúgio e a decisão final do pedido, pode ser bem solitário e cheio de inseguranças nesse ambiente novo.

3.2 A ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NA TUTELA DAS CRIANÇAS DESACOMPANHADAS ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Existem diversos significados para políticas públicas, no presente trabalho adotaremos o significado atribuído por Peters⁸³ da “soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de delegação e, que influenciam a vida dos cidadãos”.

Uma solução duradoura para o caso das crianças refugiadas que atravessam a fronteira desacompanhadas se traduz no acolhimento e integração local. No passado brasileiro, durante a ditadura militar havia a Lei 6.815/80, o Estatuto do Estrangeiro, que tratava o imigrante como um perigo à segurança nacional do país, essa visão de ameaça promove um efeito direto na concretização de políticas públicas para esse grupo, pois gera um preconceito contra eles.

⁸² THOMÉ, Roberta Gomes. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. **O social em questão**, Ano 21, n. 41 - mai.-ago./2018, Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=606&sid=56>. Acesso em: 11 out. 2022.

⁸³ PETERS, B. G. American Public Policy, Chatham: Chatham House, 1986 *apud* SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006, p. 24^a

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as crianças dentro do território brasileiro, são regidas pelo princípio da proteção integral, conforme o artigo 227º. A elas, são assegurados direitos referentes à vida, alimentação, esporte, saúde, cultura, respeito e convivência familiar. No caso das crianças desacompanhadas, essa proteção de direitos dever ser feita apelo Estado com objetivo de asseverar os fundamentos básicos da personalidade de um infante⁸⁴.

O principal mecanismo para assegurar esses direitos fundamentais é por meio das políticas públicas, responsabilidade assumida pelo Estado para a proteção desses indivíduos. Essas políticas devem ser guiadas através dos princípios do melhor interesse da criança e da proteção integral.

No caso dos refugiados venezuelanos no Brasil, estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relatam que houve um aumento populacional de 10% no estado de Roraima, principal ponto de entrada desses imigrantes devido a proximidade⁸⁵. Para o acolhimento desse grupo, foram criados 14 abrigos temporários, sendo 12 na capital do estado, em Boa Vista, e, outros dois na cidade de Pacaraima, cidade que faz fronteira com a Venezuela. Esses abrigos são coordenados pelas Forças Armadas, representando a Operação Acolhida, ao lado da ACNUR e muitos outros órgãos e entidades da sociedade civil, como diversas Organizações Não-Governamentais e secretarias do estado. De acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas, esses abrigos acomodam cerca de 4,6 mil migrantes, dentro desse número metade são crianças⁸⁶.

Mas, infelizmente, esses abrigos não possuem espaço para todos os migrantes. Um estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas, em 2020, apontou que 1,5 mil venezuelanos estariam em condições de vida na rua, sendo cerca de 500 menores de idade, o que demonstra a importância de estudar as políticas que o Estado vem adotando para proteger esse grupo⁸⁷.

⁸⁴ D'ANTONIO, Daniel Hugo. Derecho de menores. *apud* ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. Editora Saraiva, 2009.

⁸⁵ OLIVEIRA, Valéria; RAMALHO, Yara. Impulsionado pela migração de venezuelanos, Roraima tem maior crescimento populacional do país. **O Globo**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/08/27/impulsionado-pela-migracao-de-venezuelanos-roraima-tem-maior-crescimento-populacional-do-pais.ghtml>.

⁸⁶ ACNUR. **Venezuela Situation**, 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/venezuela-emergency.html>. Acesso em: 16 dez. 2020.

⁸⁷ ACNUR. **Crise migratória venezuelana no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>.

Diante da quantidade de menores nas ruas, o CONANDA publicou a Recomendação nº 01/2018, decidindo a criação de um Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes na seara dos estados e municípios brasileiros para dar um parâmetro de proteção nos moldes da Carta Magna para esses entes políticos, principalmente na área da educação e saúde. Essa Recomendação discorre sobre a necessidade das crianças serem retiradas das ruas e transferidas para um local de proteção.

Em tese, o acolhimento inicial dos refugiados e solicitantes de refúgio seria em algum abrigo e, depois de um tempo, a família deveria sair desse local e ir para outro local, alugar uma casa. No caso específico das crianças desacompanhadas, pela legislação vigente elas têm um apoio do Estado até atingirem a maioridade e possuem um apoio das organizações de acolhimento. Inclusive, dentro desse abrigo são fornecidas três refeições diárias, devendo ser observadas as necessidades especiais de cada menor, abrangendo o direito à alimentação disposto no ECA, segundo dados do Relatório de Visita: abrigos para imigrantes venezuelanos em Boa Vista – RR, em maio de 2018, realizado pelo Ministério Público Federal⁸⁸.

Além disso, a Recomendação supracitada fala sobre a importância de garantir a matrícula dos menores em escolas regulares para que sigam se desenvolvendo e tenham seus direitos garantidos. A menção a cultura dessas crianças é feita no sentido de ser preservada e respeitada. Com isso, através da união dos três entes federativos em cooperação responsabiliza o Estado em todos os níveis.

Entretanto, essas recomendações funcionam como diretrizes a serem seguidas para orientar as ações governamentais, mas não são ordens. Elas possuem amparo na Declaração dos Direitos das Crianças e tem uma força cogente de determinação, funcionam como um mecanismo para dar diretrizes nas atuações estatais e nas escolhas de políticas públicas a serem realizadas para benesse das crianças e adolescentes venezuelanos⁸⁹.

⁸⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório de visita Abrigos para imigrantes venezuelanos em Boa Vista- RR**, de 9 de maio de 2018.

⁸⁹ DA SILVA, Fernanda Claudia Araujo. Crianças venezuelanas no Brasil: atuação necessária para proteção e aplicação do ECA e a recomendação nº 001/2018 do CONANDA. ed. 1 Fortaleza, **Revista da Faculdade de Direito de Ceará**, 2018. p. 117-130, v. 39.

Diante da vulnerabilidade das crianças que cruzam a fronteira do país, uma das questões mais preocupantes é na área da saúde. Esses indivíduos vêm buscando refúgio devido a diversos motivos, um deles é relacionado a crise generalizada humanitária, já que o diagnóstico de desnutrição é presente em cerca de 70% por cento das crianças venezuelanas⁹⁰. Dessa forma, devem ser tomadas medidas urgentes e concretas para proteger esses infantes, por meio de medidas como “aumentos de insumos, leitos hospitalares, atendimentos com retaguarda”⁹¹.

No tocante ao acesso à educação, deve-se garantir o acesso gratuito e compulsório como forma de observar os princípios zelados pelo ECA e pela Carta Magna. O que se tem observado é que a falta de documentação tem sido utilizada como pretexto e impedimento ao acesso à escola para as crianças. Segundo um Estudo realizado por Nunes e Heiderique⁹², ao realizarem uma entrevista com um dos refugiados, ele relatou que: “A primeira dificuldade que a gente costuma encontrar para a escola é o protocolo. É um documento que ainda não é bem reconhecido no Brasil.”, portanto, mesmo com um documento que deveria ser reconhecido, o acesso às escolas tem sido burocratizado e impedido.

Com objetivo de combater essa burocratização, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista editou o Relatório Técnico nº 01/2019, indicando que “toda criança e adolescente estrangeiro que esteja em situação de refúgio, independente de documentação, tem direito à Educação em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, não cabendo cerceá-los em seus direitos”⁹³.

Nesse mesmo ano, foi realizada uma força-tarefa pela Secretaria de Educação de Roraima, Ministério da Educação, Secretaria Municipal de Boa Vista e a Universidade Federal de Roraima para regularizar as documentações das crianças para que pudessem ser matriculadas

⁹⁰ CARAZZAI, E. H. Desnutrição atinge até 70% das crianças na Venezuela, diz relatório. **Folha de S. Paulo**, 12 fev. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/desnutricaoatinge-ate-70-das-criancas-na-venezuela-diz-relatorio.shtml>. Acesso em: ago. 2022.

⁹¹ SILVA, L. V. da; ALMEIDA, E. V. G. de. Boa Vista tenta vencer impactos da imigração na primeira infância. **Prefeitura de Boa Vista**, 2020. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2020/02/boa-vista-tenta-vencer-impactos-da-imigracao-na-primeira-infancia>. Acesso em: out. 2022.

⁹² NUNES, M. F. R.; HEIDERIQUE, D. S. “A escola pediu a documentação e eu tive que explicar que só tem o protocolo da Polícia Federal”: criança refugiada e educação. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 46, n. 2, p. 662–678, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46i2.67910. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/67910>. Acesso em: nov. 2022.

⁹³ PIRES, J. P. Boom de alunos venezuelanos impõe nova realidade às escolas públicas de Roraima. **Correio do Lavrado**, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://correiodolavrado.com.br/2020/06/09/boomde-alunos-venezuelanos-impoe-nova-realidade-as-escolas-publicas/>. Acesso em: jun. 2022.

nas escolas brasileiras. Para isso, os menores fizeram uma prova, afim de serem niveladas na rede de ensino do país. Tais ações são fundamentais para que os direitos dos menores sejam assegurados, já que de acordo com dados do ACNUR⁹⁴, mais de 85% das crianças brasileiras estão matriculadas nas escolas, em contrapartida, apenas 45% das crianças venezuelanas estão matriculadas.

Visto isso, verifica-se que o Estado brasileiro se compromete com a proteção dos direitos humanos dos refugiados, no plano normativo, mas ainda precisa criar mais meios efetivos para alcançar a efetivação desses direitos. Por isso, a importância do Poder Público articular políticas públicas nas três esferas federativas, para que consiga tutelar as crianças refugiadas desacompanhadas da forma que se comprometeu.

3.3 A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Existem diversos embater jurídicos sobre a atuação em relação às crianças refugiadas desacompanhadas, há dois lados completamente opostos: a necessidade de regularização desses vulneráveis de forma urgente e a falta de representante legal, conforme a legislação brasileira. O que trouxe vários pedidos de solicitação de refúgio por parte da autoridade migratória pela falta de representação. A solução para essa controvérsia, foi a Resolução 01/2017 do CONARE, que criou a possibilidade do Defensor Público Federal ser o responsável pelo pedido administrativo e funcionar como o tutor temporário da criança solicitante de refúgio. Nesse sentido, a Defensoria Pública, conforme o artigo 134º, caput da Constituição Federal⁹⁵:

A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, **a promoção dos direitos humanos** e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, **de forma integral e gratuita**, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (Grifos nossos)

Portanto, esse órgão funciona como uma instituição responsável pela proteção dos direitos fundamentais e humanos, dotada de estatura constitucional, competente para promoção

⁹⁴ ACNUR. **Políticas públicas do Brasil impulsionam inclusão de refugiados e migrantes da Venezuela, mas desafios permanecem.** 17 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/05/17/politicas-publicas-do-brasil-impulsionam-inclusao-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-mas-desafios-permanecem/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

⁹⁵ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

desses direitos supracitados⁹⁶. Assim, devido ao caráter humanitário da Defensoria, entendemos o motivo de estar com esse papel de ajuda às crianças refugiadas.

Conforme dito anteriormente, o protocolo da solicitação de refúgio funciona como o documento desses indivíduos, pois dá a eles a condição de exercer seus direitos civis plenos no Brasil, enquanto aguardar a resposta de seu pedido. Por isso, reitera-se a importância desse pedido, para que se tenha acesso a todos os serviços básicos garantidos constitucionalmente, como acesso à escola, saúde, entre outros.

Assim, é possível verificar tamanha importância da referida resolução na solução desse impasse jurídico criando um procedimento específico para esses casos. Cumprindo assim, o princípio da proteção integral defendido no ECA e na Carta Magna, ambos aplicados às crianças refugiadas.

Nesse sentido, cabe aos membros da Defensoria Pública da União (DPU), de acordo com o artigo 10 da Resolução⁹⁷:

Em continuidade ao processo de identificação, o membro da Defensoria Pública deverá iniciar entrevista, que deve ser conduzida de forma adequada à idade, sua identidade de gênero, deficiência, em uma linguagem que a criança e adolescente entendam, objetivando registrar sua história, incluindo, se possível, a identificação dos pais e irmãos, bem como sua cidadania e a de pais e irmãos. [...]

Além disso, sua atuação se estende e não finaliza na entrevista. Cabe ao Defensor Público Federal, segundo o artigo 12⁹⁸, o papel de acompanhar a criança ou adolescente periodicamente:

A Defensoria Pública da União será responsável pelos pedidos de regularização migratória, solicitação de documentos e demais atos de proteção, como o preenchimento de “Formulário para análise de proteção” (Anexo I), bem como acompanhar a criança e adolescente desacompanhados ou separados nos procedimentos subsequentes à sua identificação preliminar.

⁹⁶ SARMENTO, D. **Parecer**: Dimensões Constitucionais da Defensoria Pública da União, 2015, p. 18.

⁹⁷ BRASIL. Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). **Resolução Conjunta nº 1. 2017**. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucaoconjunta-n-1-do-conare-1.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

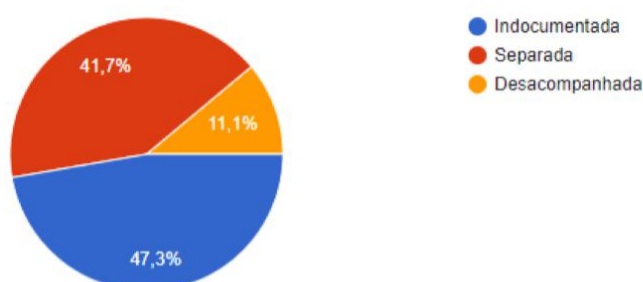
⁹⁸ *Ibid.*

Conforme pode-se depreender a defensoria funciona como se fosse uma Curadora Especial de incapazes⁹⁹. Sua atuação vai além de uma “advocacia privada”, funciona como uma verdadeira protetora dos direitos humanos. Cabe a ele verificar a vulnerabilidade, saúde física e social, necessidades de proteção (artigo 11, inciso II)¹⁰⁰; verificar se está passando por situação de tráfico de pessoas, exploração sexual (artigo 11, inciso III)¹⁰¹; mobilizar a Defensoria Pública do Estado para atuar no âmbito estadual (artigo 12, § 1º)¹⁰²; realizar atos de proteção e garantias de direitos (artigo 16)¹⁰³.

Em julho 2018, a DPU iniciou a “Missão Pacaraima¹⁰⁴”, com objetivo de aplicar a resolução supracitada, inclusive nos grupos que já estavam no território brasileiro em dificuldade migratória. Os dados revelam que entre agosto de 2018 e junho de 2019, cerca de 3.597 crianças foram atendidas com o interesse de aplicar a resolução e 47,3% estavam sem documento algum¹⁰⁵:

Situação para aplicação da Resolução Conjunta

3.597 respostas



5 meses de atuação (1.027 atendimentos)			11 meses de atuação (3.597 atendimentos)		
Desacompanhada	Separada	Indocumentada	Desacompanhada	Separada	Indocumentada
8,3%	39,4%	52,3%	11,1%	41,7%	47,3%
85	405	537	397	1499	1701

Fonte: DPU (2019)

⁹⁹ SILVA, G. DE O. Solicitação de refúgio em favor de crianças e adolescentes desacompanhados (as): a atuação da Defensoria Pública da União. Revista da Defensoria Pública da União, n. 12, p. 110-118, 8 nov. 2019.

¹⁰⁰ BRASIL, Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Resolução Conjunta nº 1. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucaoconjunta-n-1-do-conare-1.pdf>.

¹⁰¹ *Ibid.*

¹⁰² *Ibid.*

¹⁰³ *Ibid.*

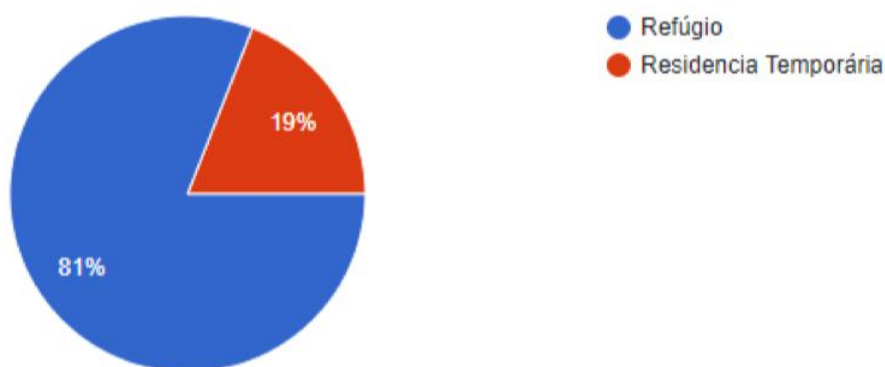
¹⁰⁴ Pacaraima é a cidade que faz fronteira com a Venezuela e vem sendo a principal forma de entrada de venezuelanos no Brasil.

¹⁰⁵ DPU. **Missão Pacaraima**: informe de atuação. Brasília, DF, Defensoria Pública da União, 2019. Disponível em: https://www.dpu.def.br/images/stories/pdf_noticias/2019/missao_pacaraima_2_informativo.pdf. Acesso em: nov. 2022.

Em relação a regularização migratória, 11,1% das crianças atendidas estavam desacompanhadas. Verifica-se a dificuldade documental nesses casos, sendo a principal alternativa para a sua regularização, a solicitação do pedido de refúgio. Em seus informes o órgão aponta que a dificuldade está relacionada, principalmente, ao fato de que a Venezuela está passando por problemas até para emitir os documentos das crianças, “de modo que muitas crianças e adolescentes portavam apenas a declaração de nascido vivo emitida pelos Hospitais (4,2%)”¹⁰⁶. Por isso, é importante realizar a entrevista com o menor, para que compreenda seu melhor interesse e alternativa para que seja protegido. Ao final dos atendimentos a opção migratória foi:

Indicação de regularização migratória

3.597 respostas



Fonte: DPU¹⁰⁷

Além disso, o atendimento realizado possui um olhar atento no tocante a identificar vítimas de tráfico de pessoas, se houver alguma suspeita o caso deve ser comunicado à Polícia Federal imediatamente. Em Pacaraima, os adolescentes entre 14 e 16 anos são monitorados para verificar como estão e se precisam de alguma medida de proteção especial no tocante a esse assunto¹⁰⁸.

¹⁰⁶ DPU – DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Missão Pacaraima: informe de atuação. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.dpu.def.br/images/stories/pdf_noticias/2019/missao_pacaraima_2_informativo_.pdf

¹⁰⁷
¹⁰⁸ *Ibid.*

Importante acrescentar que durante o atendimento das crianças, elas são convidadas a fazer um desenho em uma folha em branco para demonstrar suas jornadas e se sintam acolhidas, ganhando um momento de lazer. Em geral, a Defensoria tem atuado no sentido de fazer com que esses infantes possam recuperar sua infância e todos os seus direitos, independentemente de seu status migratório.

3.4 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS COMO ALIADAS DO ESTADO

Além da Defensoria Pública, outro órgão se destaca no auxílio aos refugiados, sem distinção de gênero ou idade, são as Organizações Não-Governamentais presentes em toda a fronteira e dentro dos abrigos. Essas surgiram com o artigo 71 da Carta das Nações Unidas:

O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com **organizações não governamentais**, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, **com organizações nacionais**, depois de efetuadas consultas com o Membro das Nações Unidas no caso¹⁰⁹ (grifos nossos)

Esse apoio tem sido fundamental na recepção dos refugiados que cruzam as fronteiras brasileiras. Soczek¹¹⁰ destaca que após a Carta Magna, essas organizações passaram a ter uma função central no processo de atuações em prol dos direitos coletivos e difusos, atuando ao lado do poder público, principalmente nos casos em que alguns indivíduos são menosprezados.

No caso dos refugiados, a Cáritas, criada em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem tido uma atuação significativa nessa seara no tocante ao acompanhamento e orientação desse grupo. Além disso, presta serviços de integração e acolhida aos solicitantes de refúgio do país. Sua atuação é feita de maneira conjunta com o ACNUR e o Ministério da Justiça:

A Cáritas conta com equipes técnicas formadas por assistentes sociais, advogados, psicólogos e voluntários que prestam atendimento aos solicitantes de refúgio e refugiados, com vistas a contribuir no processo de reconstrução de suas vidas em nosso país. Os refugiados recebem apoio jurídico, psicológico e social por meio de atividades de orientação jurídica diversa, acompanhamento das solicitações de refúgio e encaminhamentos para instituições afins; atendimento psicológico individual e em grupo; curso de português e orientação e encaminhamentos nas áreas de trabalho, educação, saúde, documentação, capacitação profissional, cultura e lazer e geração de renda, com o objetivo de facilitar sua integração na sociedade brasileira. Para tal são

¹⁰⁹ ONU. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conhece-a-onu/documentos/>.

¹¹⁰ SOCZEK, Daniel. **Ongs e Democracia: Metamorfoses de um Paradigma em Construção**. Curitiba: Juruá, 2007.

realizados atendimentos individuais, atendimentos multiprofissionais, reuniões com refugiados, visitas domiciliares e divulgação sobre a temática do refúgio em instituições de saúde, educação, empresas e na mídia em geral com fins a combater o preconceito e possibilitar o acesso a seus direitos. Importante ressaltar que, ao longo dos anos, a Cáritas vem estabelecendo parcerias estratégicas com diferentes instituições que vem formando uma rede de proteção voltada para apoiar a proteção legal e a integração local dos (as) refugiados(as) no Brasil.¹¹¹

Na prática, nota-se a importância da atuação das ONGs como principais na atuação de inclusão das crianças refugiadas. A atuação da UNICEF em conjunto com a Associação Voluntários para o Serviço Internacional Brasil (AVSI), Visão Mundial e Aldeias Infantis SOS, tem sido fundamental para garantir os direitos das crianças venezuelanas.

A UNICEF ao lado da Aldeias Infantis SOS, criaram dois lares para as crianças venezuelanas desacompanhadas com objetivo de protegê-las e integrá-las. Funcionam como lares provisórios e tem uma equipe para atender os menores psicologicamente e buscar sua família. De acordo com Sérgio Eduardo Marques, sub-gestor nacional da segunda organização, o objetivo é garantir o direito dessas crianças que estão completamente sozinhas¹¹².

O que podemos observar é que a atuação dessas organizações está ligada ao fato de atingirem aonde o Estado não chega. Sua atuação tem sido primordial, ativa e diária nesse sentido, o que será comprovado através da entrevista a seguir.

3.4.1 Entrevista

Anteriormente, vimos que a criança refugiada, bem como a desacompanhada, deve ter acesso a todos os serviços públicos, sem discriminação. Os princípios da proteção integral e do melhor interesse devem ser observados acima de tudo.

No entanto, a realidade apresentada tem sido diferente. Desde 2018, foi criada pelo Governo Federal brasileiro, a Operação Acolhida que é:

Uma grande força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio de entes federativos, agências da ONU, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e entidades privadas, totalizando mais de 100

¹¹¹ Para ver mais sobre a Cáritas, acessar: caritas.org.br.

¹¹² ALDEIAS INFANTIS SOS. Aldeias Infantis e UNICEF firmam parceria para acolher crianças venezuelanas. 2020. Disponível em: <<https://www.aldeiasinfantis.org.br/engaje-se/noticias/recentes/parceria-com-unicef-roraima>>

parceiros, a Operação oferece assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima.¹¹³

Em entrevista concedida por Maria*¹¹⁴, agente de proteção humanitária em um dos 12 abrigos da Operação Acolhida, em Boa Vista, há cerca de três anos, ela relatou como tem sido a situação prática das crianças refugiadas desacompanhadas fora da zona de fronteira. Na capital, a atuação da Defensoria Pública da União funciona de forma distinta das zonas de fronteira. A Resolução Conjunta 01/2017, não abarca dos menores que vêm para a capital sem documentos:

Como a Resolução se restringe a leitura da zona de fronteira, os menores que seguem desacompanhados para a capital, têm uma complicação maior com a questão da documentação. Em Pacaraima, eles conseguem ter esse atendimento da DPU. Mas, com o aumento do fluxo e demora para esse atendimento, muitos tem descido para a capital, Boa Vista, sem finalizar o processo de solicitação de refúgio e sem documentação alguma¹¹⁵.

Segundo seu depoimento, o procedimento que tem sido efetuado nos abrigos é o de acionar a Vara da Infância e Juventude da Capital, para que seja emitida uma Guia de Acolhimento. Esse procedimento tem durado cerca de quatro meses, segundo a entrevistada. Nesse período, a criança permanece sem documentos. Apenas com a emissão da Guia de Recolhimento é possível a solicitação de pedido de Refúgio¹¹⁶.

Mas, em tese, nenhuma criança desacompanhada deveria estar em abrigos da Operação Acolhida, os agentes de proteção humanitária tentam acolher esses menores da melhor forma possível, separando em carpas¹¹⁷ e os inserindo perto dos containers das agências humanitárias na localização geográfica do abrigo¹¹⁸. A falta de vagas em abrigos do Estado destinadas às crianças desacompanhadas, demonstra uma verdadeira violação de direitos humanos.

¹¹³ BRASIL. **A Operação Acolhida**. Governo Federal, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>

¹¹⁴ Nome fictício para proteger a identidade de entrevistada.

¹¹⁵ Entrevista concedida por TAL, Maria. Entrevista I. [out. 2022]. Entrevistador: Amanda Franchini Melani. Rio de Janeiro, 2022. 1 arquivo .mp3 (33 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

¹¹⁶ *Ibid.*

¹¹⁷ Unidades habitacionais conhecidas como “*Better Shelter*”. As residências comportam até seis pessoas, possuem quatro janelas, divisória e são abastecidas com energia solar renovável.

¹¹⁸ Entrevista concedida por TAL, Maria. Entrevista I. [out. 2022]. Entrevistador: Amanda Franchini Melani. Rio de Janeiro, 2022. 1 arquivo .mp3 (33 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

Além disso, relata que um dos maiores desafios para esse grupo de hipervulneráveis tem sido a falta documentação e o acesso aos serviços públicos. Devido a burocratização, há uma negativa ao atendimento desse grupo e uma recusa à matrícula em escolas. O que demonstra o despreparo e a falta de acolhimento.

Há um descompasso entre a legislação e a elaboração de políticas públicas efetivas para os refugiados como um todo. Com o aumento do fluxo migratório venezuelano e a urgência, foi explicitada a lacuna existente entre as ações necessárias e uma legislação eficaz no tocante aos refugiados. Mesmo em caso de crianças acompanhadas, verifica-se a falta de acesso aos serviços públicos devido a recusa de matrícula, pautadas na falta de vagas, o que demonstra a discrepância entre a lei e a realidade.

Sobre a transição entre completar a maioridade e deixar de ser abarcado pela proteção do ECA, ela relata como tem funcionado nos abrigos da Operação Acolhida:

Quando o migrante atinge a maioridade, ele perde a prioridade no atendimento de proteção. Na data que eles fazem 18 anos ou semanas depois, costuma sair a Guia de Desacolhimento, emitida pela Vara da Infância e da Juventude. Eles podem continuar no abrigo, mas não estão mais abarcados pela proteção especial. No caso de abrigos do Estado, não é algo automático, eles seguem sendo acompanhados, há um período de transição que costuma durar seis meses¹¹⁹.

Diante desse relato importantíssimo de como tem funcionado a realidade prática na vida das crianças refugiadas desacompanhadas, percebe-se a necessidade de políticas efetivas para cumprir os compromissos firmados na Carta Magna e em tratados internacionais. Há ainda diversos desafios para transpor e para a recuperação da infância desse menor. Ademais, percebe-se uma negativa de atuação do Estado nessa situação de calamidade¹²⁰.

Com isso, podemos verificar que ainda há muito a fazer para que a proteção dos menores desacompanhados seja efetivada. Tanto no plano normativo, quanto no plano fático, devem ser criadas estratégias e políticas públicas para que os compromissos firmados pelo Brasil sejam cumpridos.

¹¹⁹ Entrevista concedida por TAL, Maria. Entrevista I. [out. 2022]. Entrevistador: Amanda Franchini Melani. Rio de Janeiro, 2022. 1 arquivo .mp3 (33 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

¹²⁰ *Ibid.*

CONCLUSÃO

O presente estudo se desenvolveu com base na premissa de haver uma lacuna na legislação no tocante a proteção das crianças refugiadas desacompanhadas no Brasil, fazendo com que exista um déficit na proteção desse grupo. O grupo escolhido foi especificamente as crianças de origem venezuelana.

Segundo dados da Defensoria Pública da União¹²¹, em um período de onze meses, entre agosto de 2019 e julho de 2020, cerca de 400 crianças atravessaram a fronteira do país totalmente desacompanhadas, o que mostra a importância do objeto de estudo.

No ordenamento jurídico brasileiro, temos a Lei nº 9.474/97, destinada a proteção dos refugiados e o Estatuto da Criança e do Adolescente, com objetivo direcionado a proteção dos menores. Entretanto, não há nenhuma lei que proteja as crianças refugiadas.

Os desafios e problemáticas encontrados pela criança refugiada são diversos e constantes. No caso pesquisado, começam dentro da Venezuela, pela necessidade de deixar seu país de origem e ensinar na migração infantil e ao chegar na fronteira com o Brasil. A pesquisa visou mostrar as barreiras enfrentadas para a regularização dessas crianças e no tocante ao seu efetivo acolhimento, com acesso aos serviços básicos e recuperação de sua infância.

Preliminarmente, no Capítulo I, foi apresentado os motivos os quais levaram a crise humanitária na Venezuela e o aumento de forma exponencial do fluxo migratório para o Brasil. Foram explicitados as razões pelas quais esses refugiados precisam de amparo e atenção do Estado Brasileiro, visto que estão passando por uma violação generalizada de direitos humanos.

Foi demonstrado a evolução do conceito de refugiado, no plano internacional e nacional, para que pudesse ser visto em que momento as crianças passaram a ser tratadas como sujeitos de direitos e ter suas garantias defendidas. Foi defendido que embora tenha um artigo na Convenção Sobre os Direitos da Criança sobre os menores refugiados, não abrange a complexidade que a causa afere, demandando uma proteção especial.

¹²¹ AGÊNCIA BRASIL. **Burocracia dificulta atendimento a crianças refugiadas desacompanhadas.** Disponível em: <http://agenciabrasil.abc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/burocracia-dificulta-atendimento-criancas-refugiadas>. Acesso em: agosto de 2022.

Além disso, foi delineado no primeiro capítulo como o instituto do refúgio é aplicado nos adultos e crianças, apresentando suas diferenças. Foi apresentado as diferenças e avanços entre o refugio para crianças nos tratados internacionais e como o Brasil incorporou esses tratados em sua legislação nacional.

No Capítulo II, foi analisada a responsabilidade do Estado Brasileiro com as crianças refugiadas desacompanhadas e o procedimento utilizado para a solicitação de refúgio. De início, foi verificado o caminho para a transformação das crianças para sujeitos de direitos e não apêndices de seus responsáveis. O princípio do melhor interesse, proteção integral e *non-refoulement*, previstos na Carta Magna e em diversos instrumentos normativos que o país é signatário, foram explicados e vê-se que ainda não são cumpridos.

Em seguida, foram explicados os instrumentos legislativos internos que podem ser aplicados às crianças refugiadas. No entanto, verifica-se que temos que fazer uma combinação de leis para que haja uma garantia de direitos desses menores. Não há uma legislação específica para esse grupo de hipervulnerável que merece segurança e proteção.

A partir da compreensão da necessidade de proteção desses indivíduos, é claro que não há uma dedicação do Estado para a efetivação dos direitos fundamentais desses grupos expostos à situações de alta vulnerabilidade, como as crianças refugiadas.

Por fim, os procedimentos para solicitação de pedido de refúgio no Brasil foram explicados. Foi aferido que os adultos possuem um acesso mais rápido e fácil para o pedido de refúgio. Há diversas barreiras e burocracias no tocante a solicitação de refúgio para crianças desacompanhadas, o que culminou na edição da Resolução Conjunta nº 1/2017, mas está restrita a zona de fronteira.

A resolução supracitada trouxe garantias fundamentais no tocante ao tratamento da criança refugiadas desacompanhadas que estão na fronteira. Um dos direitos garantidos foi o de representação pela Defensoria Pública da União, anteriormente, deveriam possuir um guardião antes de realizar a solicitação de pedido de refúgio. Sem esse documento, o indivíduo está indocumentado, o que, infelizmente, interfere ao acesso aos serviços.

Concluiu-se que mesmo com a edição da resolução, ainda há muito o que evoluir para que a proteção dessas crianças seja efetiva. O grupo que deveria estar recebendo uma atenção especial e urgente, acaba enfrentando mais burocracias e fica desprotegido, devido a atos dos próprios agentes de fronteiras. Existe a carência de políticas públicas para tratar as crianças refugiadas desacompanhadas.

O terceiro e último capítulo buscou demonstrar alguns dos desafios para a regularização e vivência das crianças e como tem sido a atuação do Estado Brasileiro e de órgãos da sociedade civil perante esse grupo de vulneráveis.

Decorrente da análise feita nos dois primeiros capítulos, o fato de as crianças refugiadas serem mencionadas apenas no artigo 22 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, de modo abrangente, presume que cabe aos Estados a adoção de medidas para garantia do status de refugiado a esse grupo. Foi verificado que no Brasil, ainda há uma falta de mecanismos que efetivem a solicitação de refúgio de forma rápida para garantir a proteção das crianças desacompanhadas.

Concluiu-se que a ausência de legislação específica destinada a esse grupo, demonstra a omissão do Estado em relação a eles. Tal omissão é percebida através da falta de políticas públicas para efetivar os direitos que a Constituição Federal e o ECA resguardam, como o direito à vida, saúde, educação, respeito, dignidade, cultura e convivência humanitária. Portanto, a mera previsão desses direitos não é suficiente para resguardá-los na prática.

Além disso, em nenhum momento no ECA ou na Lei nº 9.474/97 há alguma previsão específica sobre crianças refugiadas. A particularidade desse grupo não é considerada, apesar de ser um fenômeno cada vez mais crescente no mundo e no país.

É fundamental que esse grupo seja estudado a fundo e que seja colocado em evidência a condição vivida pelas crianças refugiadas venezuelanas desacompanhadas no Brasil, objetivando que o Estado e a sociedade como um todo adotem medidas para mudar essa realidade. Por meio do relato dado por uma agente de proteção humanitária que vive o dia a dia desses refugiados, verifica-se que a o campo normativo está muito distante da realidade.

A vulnerabilidade das crianças estabelece que haja um tratamento adequado para suas dificuldades e uma atuação ativa do governo brasileiro nesse sentido. Além disso, deve haver uma mudança no próprio ordenamento jurídico, criando diretrizes para efetivar a proteção desse grupo.

O Brasil tem um compromisso com os tratados e convenções ratificados por ele, com a proteção dos direitos humanos e garantia dos direitos fundamentais. Ao receber diversas crianças venezuelanas, o país deve ter atenção ao fato dessas crianças precisarem de amparo e cuidado, que vem de um local onde sofreram diversas violações e traumas. Isso deve ser uma prioridade do Estado, para que possa honrar com os compromissos firmados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Crise migratória venezuelana no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>.

ACNUR Brasil. **Lei 9474/97 e Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional dos Refugiados e Apátridas**. Brasília, 2015.

ACNUR. **Convenção de 1951**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencaode-1951/>.

ACNUR. **Painel interativo de decisões sobre refúgio no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMWVlIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTgyNjQtdmVzNC04YTBJLTk1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9&pageName=ReportSection>.

ACNUR. **Global trends: forced displacement in 2019**. [Geneva]: UNHCR, 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5ee200e37/unhcr-global-trends-2019.html>

ACNUR. **Políticas públicas do Brasil impulsionam inclusão de refugiados e migrantes da Venezuela, mas desafios permanecem**. 17 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/05/17/politicas-publicas-do-brasil-impulsionam-inclusao-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-mas-desafios-permanecem/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

ACNUR. **Refugee Children: Guidelines on Protection and Care**, Genebra, 1994.

ACNUR. **Número de refugiados e migrantes da Venezuela no mundo atinge 3,4 milhões**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/02/25/numero-de-refugiadosemigrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/>

ACNUR. **Venezuela Situation**, 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/venezuela-emergency.html>. Acesso em: 16 dez. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. **Burocracia dificulta atendimento a crianças refugiadas desacompanhadas**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/burocracia-dificulta-atendimento-criancas-refugiadas>. Acesso em: agosto de 2022.

ALVES, Tiago Augusto Lima. A (nova) política migratória brasileira: avanços e desafios no contexto da crise humanitária venezuelana. 01. ed. Curitiba, **Revista Conjuntura Global**, 2020. v. 09. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/72550/>. Acesso em: julho de 2022.

AMIN, Andréa Rodrigues. Dos Direitos Fundamentais. In.: MACIEL, Kátia R. F. Lobo Andrade (coord.). **Curso de direito da criança e adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ANDRADE, Aline Memória de. **Desafios jurídicos das crianças refugiadas indocumentadas e desacompanhadas: a eficácia dos métodos de aferição de suas idades sob a ótica da**

epistemologia jurídica. 2021. 225 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

ANDRADE, Valeria Pereira; RAMINA, Larissa. Refúgio e dignidade da pessoa humana: breves considerações. *In*: ANNONI, Danielle et al. (Org.). **Direito Internacional dos Refugiados e o Brasil**. Curitiba: Gedai/UFPR, 2018. p. 29-41.

ARCE, A. S.; AMARAL, A. P. M. Crianças e adolescentes separados ou desacompanhados: uma análise sobre a Resolução Conjunta n. 1/2017 à luz do direito internacional. **Revista Thesis Juris**, v. 10, n. 1, p. 115-132, 2021.

BHABHA, J. **Child Migration & Human Rights in a Global Age**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

BARBOSA, Carolina Coelho; OBREGON, Marcelo Fernandes Quiroga. **Venezuela Para Além das Fronteiras: Análise do Impacto da Crise Venezuelana na População e na Saúde Pública de Roraima**. Disponível em: https://www.derechocambiosocial.com/revista054/VENEZUELA_PARA_ALEM_DAS_FRONTEIRAS.pdf. Acesso em: setembro de 2022.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira; LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O Brasil e o espírito da Declaração de Cartagena. 35. ed. **Revista Forced Migration**, 2010. Disponível em: <https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMR35brasil.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2022.

BOTELHO, Verônica Alves; SOUZA, Rafael Xavier de. **A Crise Humanitária Venezuelana: Os Direitos dos Refugiados e A Nova Lei de Migração – Lei 13.445/2017**. Disponível em: <https://jnt1.websiteseuro.com/index.php/JNT/article/view/490>.

BRANDÃO, Inaê. **Crise migratória venezuelana no Brasil: O trabalho do UNICEF para garantir os direitos das crianças venezuelanas migrantes**. UNICEF, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>.

BRASIL. **A Operação Acolhida**. Governo Federal, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>

BRASIL. Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). **Resolução Conjunta nº 1. 2017**. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucaoconjunta-n-1-do-conare-1.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. **Decreto nº 70.946, de 07 de agosto de 1972**. Promulga o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. Brasília: Presidência da República, 1972. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D70946.htm

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Promulga o Estatuto dos Refugiados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 04 set 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm

CAETANO, I. F. A Criança e o Adolescente Refugiados. Direitos Fundamentais. **Série Aperfeiçoamento de Magistrados**. Rio de Janeiro, n. 11, mar. 2012. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/11/normatividadejuridica_92.pdf. Acesso em: outubro 2022.

CANTINHO, Isabel. Crianças-Migrantes no Brasil: vozes silenciadas e sujeitos desprotegidos. **O social em questão**, v. 21, n. 41, p. 155-176, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264297007/552264297007.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CARAZZAI, E. H. Desnutrição atinge até 70% das crianças na Venezuela, diz relatório. **Folha de S. Paulo**, 12 fev. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/desnutricaoatinge-ate-70-das-criancas-na-venezuela-diz-relatorio.shtml>. Acesso em: ago. 2022.

CARNEIRO, Julia Costa; CAVALCANTI, Camilla Martins; SOUSA, Vanessa de Lima Marques Santiago. O acolhimento de crianças refugiadas no Brasil. **Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras**, v. 3, n. 2, p. e20210209-e20210209, 2021. Disponível em: <https://www.cadernoseletronicosdisf.com.br/cedisf/article/view/132>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Parecer Consultivo OC-21/14:** Direitos e garantias de crianças no contexto da migração e/ou em necessidade de proteção internacional, de 19 de agosto de 2014, par. 2. Disponível em: www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_21_por.pdf.

CONANDA. Recomendação nº 01/2018. Recomendação Do Conanda sobre a Prioridade Absoluta de Crianças e adolescente migrantes. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/documentos/recomendacao-do-conanda-sobre-a-prioridade-absoluta-de-criancas-e-adolescentes-migrantes>. Acesso em: outubro de 2022.

D'ANTONIO, Daniel Hugo. Derecho de menores. *apud* ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. Editora Saraiva, 2009.

DA SILVA, Fernanda Claudia Araujo. Crianças venezuelanas no Brasil: atuação necessária para proteção e aplicação do ECA e a recomendação nº 001/2018 do CONANDA. ed. 1 Fortaleza, **Revista da Faculdade de Direito de Ceará**, 2018. p. 117-130, v. 39.

DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. **Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As**

Américas, 13(1), p. 219–244, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv13n1.2019.24297/>. Acesso em: agosto de 2022.

DE OLIVEIRA, Janaine Voltolini. Atravessar fronteiras e transpor barreiras: desafios e deslocamentos de crianças e adolescentes venezuelanos em Roraima – Brasil. 30. ed. Boa Vista, **Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, 2021.

DE PAIVA GONÇALVES, A. G. Declaração de Cartagena e os Desafios para os Direitos Humanos de Pessoas Refugiadas na América Latina. **Revista Ágora**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. e–2022330205, 2022. DOI: 10.47456/e-2022330205. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/37953>. Acesso em: 15 out. 2022.

DE SIQUEIRA, Estela Cristina Vieira; TESTI, Amanda Eiras. O princípio do melhor interesse da criança e a apatridia de crianças refugiadas. **Revista Saberes da Amazônia**, v. 4, n. 08, p. 224-243, 2019. Disponível em: <http://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/344>. Acesso em: 06 jun. 2022.

DPU. **Missão Pacaraima**: informe de atuação. Brasília, DF, Defensoria Pública da União, 2019. Disponível em: https://www.dpu.def.br/images/stories/pdf_noticias/2019/missao_pacaraima_2_informativo_.pdf. Acesso em: nov. 2022

DROZDEK, J. J.; BUENO, M. S. Proteção do estatuto da criança e do adolescente ao acesso à educação das crianças venezuelanas refugiadas no Brasil. **Academia de Direito**, [S. l.], v. 4, p. 1209–1228, 2022. DOI: 10.24302/acaddir.v4.3909. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/3909>. Acesso em: nov. 2022.

FABIANO, M. L. A. Migração infantil: aspectos e implicações para crianças e adolescentes. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111300>. Acesso em: 17 out. 2022.

FARAH, P. D. Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. **Revista USP**, [S. l.], n. 114, p. 11-30, 2017. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i114p11-30. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/142365>. Acesso em: 16 out. 2022.

FERNANDES, Danielle Fagundes. FERNANDEZ, Pedro Henrique Cabral; POGGIANELLA, Bruno Elmôr. A crise venezuelana e seus reflexos na sociedade brasileira. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, v. 12, n. 1, p. 176-202, Jan-Jun, 2020. Disponível em: <https://www.jornaleletronicofovj.com.br/jefvj/article/view/742/728>.

FERREIRA, Allana. Crianças representam cerca de metade do número de refugiados do mundo. **ACNUR**, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/10/12/criancas-representam-cerca-de-metade-do-numero-de-refugiados-do-mundo/>

FURQUIM, Angélica. **A criança refugiada desacompanhada ou separada**: non-refoulement, melhor interesse da criança e a inversão do caráter protetivo na prática brasileira. Dissertação (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Centro de Ciências Jurídicas,

Curitiba, 2016. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46441>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FURQUIM, Angélica. **Na encruzilhada entre migração, direitos humanos, inconsistências e ambivalências**: uma análise da proteção internacional a partir da identificação da categoria de crianças migrantes separadas e desacompanhadas. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, 2019. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/1884/63208>. Acesso em: out. 2022.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Princípios Constitucionais de Direito de Família**: guarda compartilhada à luz da Lei 11.698/08, família, criança, adolescente e idoso. 1ª ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GAUDENCIO, Aldo Cesar Figueiras. **Da vulnerabilidade à hipervulnerabilidade**: proteção contratual dos consumidores nos direitos da União Europeia, Portugal e Brasil. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2015. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30146/1/Da%20vulnerabilidade%20a%20hipervulnerabilidade.pdf>. Acesso em 03 de jul. de 2022.

GONDIM, Viviane Coêlho de Séllos. A exploração do trabalho infantil e sua erradicação como uma questão de direitos humanos. *In.*: GUERRA, Sidney; EMERIQUE, Lilian Balmant (orgs.). **Direitos das Minorias e Grupos Vulneráveis**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008, pp. 129-160.

GONÇALVES, Carlos Eduardo Silva. A função consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista do Curso de Direito da Uniabeu**, v. 6, n. 1, p. 15-29, 2016

GONZÁLEZ, Santiago A. Barrantes. El derecho de los refugiados en la Unión Europea. Um análisis de la situación de las y los menores de edad no acompañados. *In.*: **Documentos de Trabajo Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos** – Universidad de Alcalá, n. 106. 2018.

GRAJZER, Deborah Esther. **Crianças refugiadas**: um olhar para infância e seus direitos. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018

GUERRA, Sidney. A nova lei de migração no Brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 4, p. 1717-1737, 2017.

HOLL, Jéssica; SOARES, Lucas Mendes de Farias Rosa. O conflito venezuelano e a crise migratória latino-americana. Belo Horizonte: **IV Congresso Internacional de Estudos Jurídicos**, p. 81-93, 2018. ISBN 978-85-5505-671-0. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/k7bhb2vw/isw90vxt/>. Acesso em: agosto de 2022.

JARDIM, Tarciso Dal Maso. A lei migratória e a inovação de paradigmas. *In.*: ACNUR/IMDH. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 12, n. 12, p. 17-46, dez. 2017. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/wpcontent/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-12_Ref%C3%B3gioMigra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf. Acesso em 02 de jul. de 2022.

JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de. Apresentação. In: JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de (orgs.). **Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97**. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017, p. 9-11.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. **Refúgio em Números (7ª Edição)**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

LAZARIN, Monique Roecker. **Quando A Infância Pede Refúgio: os processos de crianças no Comitê Nacional para os Refugiados**. 2019. 130f. Mestrado (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O reconhecimento do refugiado no Brasil no início do Século XXI. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: ACNUR; Ministério da Justiça, 2010. p. 72-96.

LEITE, Larissa. **O devido processo legal para refúgio no Brasil**. 2014. 362 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LIMA, Carolina Alves De Souza; SANTARÉM, Vivian Netto Machado. Hipervulnerabilidade de Crianças Venezuelanas Refugiadas Desacompanhadas ou Separadas: tensões e desafios do Estado brasileiro diante da violação dos direitos humanos. **Libertas – Revista de Pesquisa em Direito**, Ouro Preto, v. 06, n. 01, jan./jun. 2020.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao Estado de Filiação e Direito à Origem Genética: uma distinção necessária. **Revista Brasileira de Direito de Família**. v. 5, n. 9. Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, 1999.

MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e dos direitos humanos**. São Paulo: Manole, 2003.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. A proteção brasileira para crianças refugiadas e suas consequências. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Vol. 22, núm. 42, p. 281-285, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042019017>. Acesso em: agosto de 2022.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. **Direitos humanos e vulnerabilidade em políticas públicas: há políticas públicas para crianças refugiadas no Brasil?**. 1. ed. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017

MATTOS, Alice Lopes. A criança refugiada no Brasil: entre a falta de regulamentação e a necessidade de proteção. **XII Seminário Nacional, Demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, II amostra nacional de trabalhos científicos**, UNISC, Santa Maria, edição 2016, p. 5-6. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14561/3345>.

MIALHE, Jorge Luis; MALHEIRO, Karina Caetano. Os refugiados no Brasil e as Organizações Não Governamentais. 1. ed. Brasília, **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, 2016. 37-55 p. v. 2. ISBN 2526-0197.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório de visita Abrigos para imigrantes venezuelanos em Boa Vista- RR**, de 9 de maio de 2018.

MONT'ALVERNE, Tarin Cristino Frota. **Notas de aula da disciplina: Jean Monnet Module - Solidarity in EU Law. Solidarity and Migrations in Latin America: the case of Brasil**. 2021.

MOREIRA, Júlia Bertino. Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, 2010.

NASCIMENTO, Allan Victor Coelho. Análise sobre a proteção internacional dos refugiados. **Revista Sociologia Jurídica** – ISSN: 1809-2721, número 16, jan/jun. 2013. Disponível em: <https://sociologiajuridicadotnet.wordpress.com/analisesobre-a-protecao-internacional-dos-refugiados/>.

NUNES, M. F. R. .; HEIDERIQUE, D. S. . “A escola pediu a documentação e eu tive que explicar que só tem o protocolo da Polícia Federal”: criança refugiada e educação. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 46, n. 2, p. 662–678, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46i2.67910. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/67910>. Acesso em: nov. 2022.

O GLOBO. Maduro Lança Cartão para Combater Escassez de Alimentos na Venezuela. Caracas: **O Globo**, 02 de junho de 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/maduro-lanca-cartao-para-combater-escassez-de-alimentos-na-venezuela-12367734>

OEA. **Declaração de Cartagena**. Cartagena: OEA, 1984. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos Internacionais/Declaracao de Cartagena.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf).

OLIVEIRA, Catherine de; KÖHLER, Natália Selma. A (in)suficiência do sistema de proteção destinado às crianças migrantes e refugiadas diante da dupla vulnerabilidade que as acomete. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/19619>. Acesso em: 10 jul. 2022.

OLIVEIRA, Valéria; RAMALHO, Yara. Impulsionado pela migração de venezuelanos, Roraima tem maior crescimento populacional do país. **O GLOBO**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/08/27/impulsionado-pela-migracao-de-venezuelanos-roraima-tem-maior-crescimento-populacional-do-pais.ghtml>.

ONU. Carta das Nações Unidas. 1945. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conhece-a-onu/documentos/>.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Crianças**, de 20 de novembro de 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-osdireitos-da-crianca>.

ONU. **Declaração dos direitos das crianças**, de 20 de novembro de 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-epolitica-externa/DeclDirCrian.html>

PASSARINHO, Nathalia. **O drama de Juan e das centenas de crianças venezuelanas que cruzam sozinhas a fronteira com o Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49566807>. Acesso em: set. 2022.

PARKES, A. **Children and International Human Rights Law: The Right of the Child to be Heard**. Nova Iorque: Routledge, 2013.

PEREIRA, André Paulo. A imigração venezuelana em Roraima e o risco da explosão demográfica. **Estadão**, São Paulo, 20 ago. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-imigracao-venezuelana-em-roraima-e-o-risco-da-explosao-demografica/>

PEREIRA, Tânia da Silva. **O Melhor Interesse da Criança: Um debate interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PETERS, B. G. American Public Policy, Chatham: Chatham House, 1986 *apud* SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

PINHEIRO, Milena Marques. A solicitação de refúgio no brasil: passo a passo. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, [S.l.], v. 2, n. 31, 2021. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/5292>. Acesso em: out. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.21902/Revrima.v2i31.5292>.

PIRES, J. P. Boom de alunos venezuelanos impõe nova realidade às escolas públicas de Roraima. **Correio do Lavrado**, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://correiodolavrado.com.br/2020/06/09/boomde-alunos-venezuelanos-impoe-nova-realidade-as-escolas-publicas/>. Acesso em: jun. 2022.

PIOVESAN, Flávia. Integrando a perspectiva de gênero na doutrina jurídica brasileira: desafios e perspectivas. *In: Temas de Direitos Humanos*. São Paulo: Max Limonad, 2003.

PIOVESAN, F. Poder judiciário e os direitos humanos. **Revista USP**, [S. l.], n. 101, p. 99-112, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i101p99-112. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/87817>. Acesso em: nov. 2022.

RAFFOUL, J. A (in) observância dos direitos das crianças refugiadas venezuelanas em Roraima. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 9, n. 2, p. 374-404, 2020. DOI: 10.36311/2237-7743.2020.v9n2.p374-404. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/9261>. Acesso em: set. 2022.

RAMOS, André de Carvalho. O princípio non-refoulement no direito dos refugiados: do ingresso à extradição. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 892, n. 99, p. 347-376, fev. 2010.

SAFARIK, B. Quando transborda o “caldo cultural”: a reação populista contemporânea e a percepção da imigração no Brasil e nos Estados Unidos. **Diálogos**, v. 24. n. 1, 227-288. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i1.51995>

SARMENTO, D. **Parecer**: Dimensões Constitucionais da Defensoria Pública da União, 2015.

SEVERO, F. G. O procedimento de solicitação de refúgio no Brasil à luz da proteção internacional dos Direitos Humanos. **Revista da Defensoria Pública da União**, n. 8, p. 33-56, Brasília, 2015. Disponível em: http://www.dpu.def.br/images/stories/escola_superior/arquivos/Revista/revista-8/artigo2_-_fabiana-galera-severo.pdf. Acesso em: jan. 2018.

SILVA, Gabriel de Oliveira. Solicitação de refúgio em favor de crianças e adolescentes desacompanhados(as): a atuação da Defensoria Pública da União. **Revista Defensoria Pública da União**, n. 12, p. 101-118, 2019.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, 6a Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021

SILVA, L. V. da; ALMEIDA, E. V. G. de. Boa Vista tenta vencer impactos da imigração na primeira infância. **Prefeitura de Boa Vista**, 2020. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2020/02/boa-vista-tenta-vencer-impactos-da-imigracao-na-primeira-infancia>. Acesso em: out. 2022.

SOCZEK, Daniel. **Ongs e Democracia**: Metamorfoses de um Paradigma em Construção. Curitiba: Juruá, 2007.

SQUEF, Tatiana de A F R Cardoso; WEIMER, Sarah Francieli Mello. Crise venezuelana, emigração e fechamento de fronteira: análise da ação cível originária n.º 3121/RR. **Revista Pensar**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 1-19, jan. 2020. Fundação Edson Queiroz. <http://dx.doi.org/10.5020/2317-2150.2020.10728>.

TARTUCE, Flávio. Breve estudo das antinomias ou lacunas de conflito. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 10, n. 879, 29 nov. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7585>. Acesso em: 14 outubro 2022.

THERBORN, Goran. Child Politics: Dimensions and Perspectives. *In*: **Childhood**. SAGE Publications, Londres, Thousand Oaks and New Delhi, 1996.

THOMÉ, Roberta Gomes. A integração local de crianças e adolescentes refugiados desacompanhados e separados no Brasil: reflexões para o debate. **O social em questão**, Ano 21, n. 41 - mai.-ago./2018, Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=606&sid=56>. Acesso em: 11 out. 2022.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. El desarraigo como problema humanitario y de derechos humanos frente a la conciencia jurídica universal. *In*: **Derecho internacional humanitario y temas de áreas vinculadas**. Buenos Aires: Lexis Nexis Abeledo Perrot, Buenos Aires, 2003.

TROLLER, Simone. **En la trampa de la migración: Menores extranjeros no acompañados en Europa.** 2010. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/related_material/migration_sp.pdf.

UNICEF. **A Convenção Sobre os Direitos da Criança.** Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.html. Acesso em 17 de agosto. de 2022.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

UNICEF. **Desarraigados:** uma crise crescente para los niños refugiados y migrantes. Publicado pela UNICEF, División de Datos, Investigación y Políticas. United Nations Plaza, NY, Estados Unidos. Disponível em: <http://weshare.unicef.org/Package/2AMZIFQP5K8>. Acesso em: julho de 2022.

VAZ, Alcides Costa. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços. **Análise Estratégica**, n. 3, 2016.

VERA, Leonardo. ¿Cómo explicar la catástrofe económica venezolana? **Revista de Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 274, p. 83-96, mar./abr. 2018. Disponível em: <https://www.nuso.org/revista/274/venezuela-el-ocaso-de-la-revolucion/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

VIEIRA DE PAULA, Bruna. O princípio do non-refoulement, sua natureza jus cogens e a proteção internacional dos refugiados. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, [S.l.], n. 7, p. 51-68, dez. 2006. ISSN 1677-1419. Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/94>. Acesso em: 23 out. 2022.

VILLELA, Flávia. **Burocracia dificulta atendimento a crianças refugiadas desacompanhadas.** 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/burocracia-dificulta-atendimento-criancas-refugiadas>. Acesso em: outubro 2022.

APÊNDICE A

Eu estou desde março em um abrigo indígena da Operação Acolhida. São 1100 pessoas no abrigo, sendo metade crianças. Temos uma quantidade maiores de menores separados, grupo familiares muito extensos, uma avó com 10 netos e, em tese, ela seria responsável por esses 10 menores.

Nesse abrigo, temos três menores desacompanhados, tínhamos mais, porém eles foram completando 18 anos. Há um recorte de gênero muito forte, sendo a maioria meninas que já tem filho e vêm com seus companheiros, o que impõe uma certa dificuldade para cumprir as diretrizes do ECA, por assim dizer.

A primeira dificuldade é a documentação, cada hora a Polícia Federal muda os critérios do que ela precisa para documentar. Hoje, nosso procedimento acaba sendo o de, ao receber um menor desacompanhado, realizar uma solicitação para a Vara da Infância e Juventude para ter uma Guia de Acolhimento, embora não sejamos um abrigo Institucional do Estado. Com essa guia de acolhimento, conseguimos pedir a solicitação de refúgio e documentar o menor. Porém, esse procedimento não costuma ser rápido e, em tese, a criança só poderia ser acolhida em abrigos do Estado.

Embora, na teoria, as crianças devem se matricular e ter acesso aos serviços de saúde, isso não acontece. A maioria dos menores desacompanhados, não estudam.

Os dois principais desafios são: a falta de acesso à escola e saúde pela falta de documentação.

- Como funciona o procedimento para acolher os menores?

Primeiro, eles tentam a institucionalização da criança em abrigos do Estado, caso não haja vaga, eles ficam nos abrigos da operação acolhida. Já aconteceu casos, de aparecer um menor desacompanhado na porta do abrigo, nesses casos, a gente recebe, notifica a Vara da Infância e Juventude e encaminhamos para a Polícia Federal para tentar documentar essa criança.

- A Resolução Conjunta 01/2017 vêm sendo cumprida?

A Defensoria Pública da União não atua da mesma que na zona de fronteira. Eles fazem isso em Pacaraima, pela zona de fronteira, eles conseguem fazer um formulário para análise de proteção e, com esse formulário conseguem solicitar os documentos.

Como a Resolução se restringe a leitura da zona de fronteira, os menores que seguem desacompanhados para a capital, têm uma complicação maior com a questão da documentação. Em Pacaraima, eles conseguem ter esse atendimento da DPU. Mas, com o aumento do fluxo e demora para esse atendimento, muitos tem descido para a capital, Boa Vista, sem finalizar o processo de solicitação de refúgio e sem documentação alguma.

- Há uma diferença muito grande entre o procedimento de solicitação de refugio entre adultos e crianças?

Para crianças, costuma demorar muito mais. Acionamos a Vara da Infância, até a primeira audiência, tem demorado cerca de três meses a quatro meses, para ter os documentos necessários para chegar até a Polícia Federal.

- Acesso a tratamento psicológico:

No caso do abrigo que eu atuo, temos uma psicóloga para mais de mil pessoas, sendo 565 crianças. O acompanhamento acaba sendo em teoria. Vemos uma recusa de atendimentos, em geral, para refugiados venezuelanos. Eu já tive recusa de solicitação de atendimento, por dizerem que o caso seria de alta complexidade para o CAPES.

- A gente tem vários buracos, a verdade é que não existe uma assistência qualitativa para a população migrante refugiada. Funcionamos como uma espécie de tapa-buracos, mas há muito mais buracos do que pessoas para tapar. A interlocução com o poder público tem sido muito ruim, cada hora há um motivo para não haver avanços na interlocução com o poder público.

- Como funciona a questão de o refugiado fazer 18 anos e sair do abrigo?

Quando o migrante atinge a maioridade, ele perde a prioridade no atendimento de proteção. Na data que eles fazem 18 anos ou semanas depois, costuma sair a Guia de Desacolhimento, emitida pela Vara da Infância e da Juventude. Eles podem continuar no abrigo, mas não estão mais abarcados pela proteção especial. Em caso de abrigos do Estado, não é algo automático, eles seguem sendo acompanhados, há um período de transição, costuma durar seis meses.

Eu tinha um caso gravíssimo de uma adolescente desacompanhada em um dos abrigos e estava sendo acompanhada por um instituto que atende crianças e adolescentes. Ela precisou faltar de um atendimento, na outra semana ela fez 18 anos e eu fui conversar com eles. E eles responderam que não poderiam atender porque ela não era mais adolescente.

Existem alguns casos que há tanto uma negativa de atuação do Estado, quanto o Estado querer terceirizar a responsabilidade à agência que faz a gestão do abrigo. Tivemos medidas de acolhimento institucional para ser feita em abrigos do Estado, e o “cumpra-se” no nome da agência, como se tivéssemos que atuar como o Conselho Tutelar ou a própria Promotoria da Vara da Infância, para executar uma institucionalização. Quando a criança está institucionalizada, o gestor do abrigo fica como responsável legal do menor.

- Como funcionam os abrigos do Estado? Quais são os critérios?

Os abrigos do Estado têm abrigado menores até quinze anos, até ano passado não havia vaga. Houve uma discussão de todas as agências e do Estado, para ver quais eram os casos prioritários para essas vagas novas.

No geral, vemos uma recusa de atuação. Desde que eu cheguei, discutimos o tema sobre a recusa de vagas, a falta de matrícula e nada mudou, vejo o mesmíssimo cenário. No abrigo que eu atuo, temos cerca de 500 crianças, dessas apenas 180 crianças estão matriculadas.

O que temos é uma situação de calamidade. Em teoria, nenhuma dessas crianças e adolescentes desacompanhados deveriam estar em abrigos da Operação Acolhida. Nenhuma. Não é um ambiente adequado. A maioria dos adolescentes acaba sendo aliciado ao crime organizado dentro dos próprios abrigos.

- Nesses abrigos que não são do Estado, há alguma proteção para essas crianças?

O que fazemos é separar carpas¹²² para esses menores. Uma divisão entre homens e mulheres, costumamos colocar perto dos *containers* das equipes de acolhida e dos militares. Mas isso não garante muita coisa. Eu considero uma violação dos direitos das crianças e dos adolescentes elas não terem vaga em abrigos do Estado e terem que ficar em abrigos da Operação Acolhida.

¹²² Unidades habitacionais conhecidas como “*Better Shelter*”. As residências comportam até seis pessoas, possuem quatro janelas, divisória e são abastecidas com energia solar renovável.